PRESIDENTES DO CEARÁ

Segundo Reinado

18.º PRESIDENTE

Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rêgo

(De 9 de Julho de 1851 a 28 de Abril de 1853)

(Continuação da REVISTA de 1934)

D. Martiniana abriu aula particular para crianças da primeira idade escolar, de um e outro sexo. Dahi lhe vinha, com os diminutos rendimentos, a grande cópia de estima que se reve.ava, levando-lhe á mesa das refeições o que de mais saboroso havia naquellas paragens maravilhosas.

Foi a primeira mestra de muita gente que se elevou na vida, ganhando posição e fortuna, na escola rude do trabalho. Thomé Motta, seu antigo discipulo, recordava sempre, em circulo de amigos intimos, o tempo longinquo em que elle, mettido nas suas calças curtas e ponteiro de prata pendente do pescoço, indicava, junto de d. Martiniana, na *Carta do A B C*, as syllabas com que formava os nomes *Antão, Bento, Carlos, Diniz, Egas, Felix* – toda aquella columna dos nomes proprios dissyllabos que nella se encontravam.

A professora publica de Maranguape era d. Maria Mendes Folkstein. Em 1855, em virtude da lei n.º 663 de 4 de outubro de 1854, foi aposentada, competindo-lhe, contado seu tempo de serviço, o ordenado an-

nual de 91$863 rs. Para a cadeira de Maranguape, foi removida a professora publica da Barbalha, d. Candida Rufina de Almeida, a seu pedido (portaria de 29 janeiro de 1855.)

Não tardou a dar-se novamente a vaga, e, agora, por motivo de todo lamentavel: - d. Candida falleceu a 3 de novembro desse mesmo anno.

O director da instrucção publica, dr. Pompeu, sciente do occorrido, propoz a nomeação interina de d. Martiniana, e o presidente Paes Barreto baixou a portaria, approvando a proposta (7 de novembro de 1855).

D. Martiniana teve depois a nomeação effectiva. O Regulamento da Instrucção Publica de 22 de outubro de 1855 viera obrigar a exame de habilitação os professores do ensino primario do 1.º e 2.º graus. Por edital assignado pelo secretario interino do Lyceu, João de Macedo Pimentel, foi d. Martiniana chamada a esse exame e o prestou a 20 de outubro de 1856; sendo approvada, teve a nomeação effectiva por portaria de 22 de outubro desse anno.

Muito a auxiliava, nos trabalhos da escola, sua irmã d. Aurora Tavares Coutinho.

Muitas outras perdas sensiveis houve de lamentar-se nesse fatidico anno de 1851.

A 15 de março, fallecia, no Recife, o tenente-coronel João Porphirio da Motta. Era da Granja. Negociante, o mais abastado da villa. Tivera a educação literaria consoante o meio e a época.

Assistira em 1824 á proclamação da Republica do Equador, na capital da Provincia, e, na Granja, como vereador, estivera no Paço Municipal, como uma das primeiras figuras da reunião que, em algazarra, deu como proclamada ali a nova fórma de governo.

Essa conducta levou-o a uma fuga cheia de aventuras. Disfarçado e correndo grandes perigos, conseguiu embarcar para o Maranhão e dahi para os Estados Unidos, logo que lhe chegou a noticia do mallogro do movimento republicano. Fugia á sorte que teve seu amigo e companheiro Pessoa Anta, um dos fuzilados no Campo da Polvora...

Residiu em Boston, até que poude, com a amnistia, voltar ao Brasil.

Na Granja, mereceu sempre grande conceito. Constituiu-se a pessoa mais notavel do lugar:—foi eleitor de parochia, vereador, juiz de paz, juiz municipal substituto, subdelegado, deputado provincial no biennio 1848—1849, vice-presidente da Assembléa e tenente-coronel commandante da Guarda Nacional do municipio da Granja.

Satisfazendo a natural desejo de sua esposa, oriunda de Pernambuco, projectara um passeio ao Recife. Já de malas afiveladas, teve de adiar a viagem—irrompera a febre amarella naquella capital. Cessado esse motivo, partiram para a desejada excursão de recreio. Lá se demoraram tempo razoavel procurando rever toda a cidade, a mais adiantada capital do Norte, naquelle tempo. Na vespera do embarque para o regresso, tendo andado em constante agitação, pelos armazens importadores, na escolha de variado sortimento para sua casa commercial da Granja, e nas providencias para o embarque de cargas e bagagens, falleceu subitamente. Uma quéda desastrada fizera-o rolar de escada a baixo, no sobrado em que se achava hospedado.

A' hora em que se fazia de vela para o porto de Acaracú o barco em que teria de viajar, era seu cadaver levado para o cemiterio de Santo Amaro.

Devia contar pouco mais de 50 annos.

Outro fallecimento notavel, nesse anno, occorreu a 4 de julho: em Sobral, a 1 hora da tarde, fallecia d. Francisca Maria Carolina de Paula Pessoa, esposa do senador Francisco de Paula Pessoa.

Inesperada a sua morte, occasionada pelo accidente hemorrhagico da placenta prévia.

Era filha unica do coronel Vicente Alves da Fonseca e de d. Antonia Geracina Isabel de Mesquita. Nascera na povoação de Santa Quiteria a 15 de março de 1807. Perdera sua mãe aos 18 annos de idade (1825), casara-se aos 20 (1827). Do seu matrimonio nasceram 15 filhos, dos quaes restavam apenas 6:—Vicente Alves, que, no Senado do Imperio, viria a sentar-se na cadeira que fôra occupada, successiva-

mente, por Costa Barros, Marquez de Abrantes e Figueira de Mello; Thomaz Antonio, que foi magisirado; Francisco de Paula, mais tarde medico e deputado á Camara Temporaria; d. Antonia Geracina, casada com o dr. José Antonio de Figueiredo; d. Maria Luiza, que foi esposa do conselheiro Antonio Joaquim Rodrigues Junior; e d. Francisca Carolina, que se casou com o dr. João de Albuquerque Rodrigues, magistrado, irmão do cons. Rodrigues Junior. Destes, ao tempo da morte de d. Francisca Carolina, eram maiores apenas dous:—Vicente Alves e a esposa do dr. José Antonio de Figueiredo.

Jorge Accursio e Silveira, cujo nome tão estreitamente se liga ás mais honrosas tradições da imprensa e do magisterio, no Ceará, é um dos mortos desse anno.

Falleceu a 5 de setembro de 1851.

Era portuguez e ilhéo, nascido em S. Jorge, do archipelago dos Açôres, na ultima decada do seculo XVIII (1792).

Seus paes—Pedro de Souza e Silveira e d. Joanna Vicencia Bittancourt Accursio—dispunham de alguns recursos e os não pouparam na educação do filho.

Mandaram-no para os Estados-Unidos, onde, em longa permanencia, se operou a formação do seu espirito, sempre inclinado ás suggestões do Direito e da Razão, rebelde sempre aos actos de prepotencia. De facto, Accursio, mais de uma vez, deu provas desses sentimentos, reagindo com destemôr e energia contra o que lhe parecia uma compressão á sua liberdade, uma violação do seu direito.

Tendo sido suspenso, em 1838, do cargo de guarda-mór da Alfandega, para que fôra nomeado, desde 1836, por influencia do Presidente Alencar e de Facundo, seus correligionarios, em maioria na Assembléa Provincial, o nomearam director da secretaría. Fez-se, então, impressor do *Correio da Assembléa Provincial*, o orgão em que o dr. José Lourenço desferia golpes de morte contra a administração de Manoel Felizardo. Tentou esse presidente fazer calar a folha opposicionista, recrutando e enviando para o Sul os

operarios que trabalhavam no *Correio*. Não o conseguiu. Avisados, os operarios não compareceram á officina, e Accursio, fingindo-se vencido, poz trancas ás portas.

Lá dentro, porém, com as suas duas filhas primogenitas, transformadas em operarias da imprensa, preparava a folha, que, desse modo, não soffreu interrupção no seu apparecimento.

Dos Estados-Unidos viera para o Brasil. Jurou a Constituição do Imperio na provincia de Pernambuco, onde então se achava. Ahi effectuou seu casamento com d. Joaquina Theodora Saldanha Accursio, vindo pouco depois para o Ceará.

Exerceu os empregos de agente do Correio e Thesoureiro das Verbas do Sello; em 1828, teve a nomeação de professor de primeiras letras da villa do Aracaty, de onde regressou á Fortaleza em 1831. E' dessa época o *Epitome da Grammatica Portugueza*, que escreveu para uso dos alumnos das escolas primarias.

Em 1836. foi nomeado guarda-mór. Suspenso temporariamente, por erro de interpretação e má vontade dos adversarios, foi nomeado director da secretaria da Assembléa, como já ficou dito.

Em 1843, teve a nomeação de guarda da Inspecção de Saúde do Porto.

Em 1844, submettendo-se a concurso, foi nomeado professor da cadeira de francez. Tanta lhe era a paixão pelo estudo das linguas, que, aos seus discipulos de francez, passou a dar, espontaneamente, lições de inglez Dahi a conjunção em que andaram as duas cadeiras quando Vasconcellos e Pompeu organizaram o plano da fundação do Lyceu, em 1845

Dos primitivos professores desse estabelecimento era o segundo que desapparecia; precedera-o na morte o padre Manoel Severino Duarte, professor de latim, fallecido a 21 de setembro de 1847.

Entre os numerosos discipulos de Accursio, um houve que lhe dedicou affecto filial e duradouro. Gonçalo Souto nunca se afastou do mestre amado; comprazia-se na intimidade do velho professor, que lhe sabia incutir no espirito o amor ás bôas letras, fonte em que elle hauria, dia a dia, os elementos para a formação de um ideal elevado, muito superior

ao que tinham os rapazes do seu tempo e da sua idade. Foi um digno discipulo do seu mestre e teve a gloria insigne de transmittir, por muito tempo, ás gerações de moços que se succederam no Lyceu, os ensinamentos de que elle o fizera depositario.

Excelsa gloria para o mestre! Excelsa gloria para o discipulo!

De pesado luto cobriram-se quasi todas as familias de Fortaleza, dentro de um trimestre—julho, agosto e setembro.

A epidemia produzia em todos os sentidos notavel modificação no aspecto geral da sociedade. A' alacridade natural do povo succederam o susto, a consternação e a morte. Rara a familia que não teve a lamentar a perda de um ou mais de seus entes queridos. Num mesmo lamento confundiam-se ricos e pobres. Padres e medicos que corriam a mitigar as dôres d'alma e do corpo, foram tambem envolvidos no turbilhão:—O padre Carlos, o dr. Carreira e o dr. José Lourenço contrahiram a doença e escaparam para chorar a perda de membros da familia. (1)

Muito commoventes as palavras com que o dr Carreira se refere aos soffrimentos e morte de uma sua filhilha de 5 annos de idade, «meiga creança para quem a natureza fôra tão liberal no espirito quanto na graça». (2)

Muito grave e dolorosa a serena mudez com que o dr. José Lourenço acompanhou ao cemiterio de «S. Casemiro», com o intervallo de poucos dias, o cadaver de seu pae, o major Manoel Lourenço (25 de

---

(1)—O padre Carlos, acommettido de febre amarella, foi substituido no munus espiritual pelo padre Antonio Alves de Carvalho (10 set. 1851).

—O dr. Carreira, acommettido logo no começo da epidemia, foi substituido pelo dr. José Lourenço (18 julho 1851).

—O dr. José Lourenço, acommettido por ultimo, foi substituido, no serviço da enfermaria militar, pelo dr. Carreira (8 set. 1851).

(2)—*Cearense* de 23 de set. 1851.

julho 1851), e o de sua mãe, d. Maria Sabina (17 de agosto 1851). (3)

Registaram-se em Fortaleza, entre outros, além dos já mencionados, o obito do velho cirurgião Santiago (16 de agosto), o da esposa do subdelegado Antonio Belarmino Bezerra de Menezes (19 de agosto), o do negociante José Maria Jorge (20 de agosto) e outros e outros.

Logo que começou, em julho, a se alastrar a epidemia, pelas classes pobres, Almeida Rêgo, muito previdente, mandou preparar no Hospital de Caridade, ainda em construcção, duas enfermarias, cuja direcção entregou ao medico da pobreza, dr. Castro Carreira. Elle mesmo acompanhava, diariamente, os trabalhos dessa installação, pondo-se em contacto com os operarios, activando-os, recommendando-lhes detalhes que, como medico que era, julgava indispensaveis.

Já se communicava com o ministro do imperio, levando ao seu conhecimento a situação em que se achava a capital, e as medidas qne ia tomando. O ministro Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre) respondeu-lhe, baixando um aviso (29 de julho 1851), em que o autorizava a despender quanto fosse necessario com os doentes carecidos do soccorro official.

Preparadas as enfermarias, Almeida Rêgo officiou ao chefe de policia (4) (31 julho 1851) recommendando que ordenasse ao subdelegado de policia de Fortaleza que expedisse ordem aos inspectores de quarteirão no sentido de fazerem transportar para

---

(3)—O major Manoel Lourenço da Silva era natural da Parahyba. Por seu casamento com d. Maria Sabina, irmã do Major Facundo, alliara-se á familia Castro, das mais importantes da Provincia. Exercera diversos cargos publicos: foi membro supplente do antigo Conselho da Provincia e deputado provincial no primeiro biennio; ao morrer, exercia o cargo de conferente da Alfandega. Nesse cargo foi seu successor o major Manoel Franklin do Amaral; nomeado por dec. de 11 de set. 1851, entrou em exercicio a 30 set. 1851.

(4)—Era o dr. Domingos Jaguaribe, interinamente; o effectivo, dr. Francisco Domingues da Silva, estava ausente, na Camara Temporaria, como deputado pelo Ceará.

as enfermarias os doentes pobres a quem faltassem os recursos para o tratamento. Encheram-se as enfermarias; em breve, porem, multiplicaram-se os casos, de tal sorte que Fortaleza inteira tornou-se uma só enfermaria. Não havia casa em que não houvesse um ou mais doentes. A mortalidade augmentou. Estabeleceu-se o panico.

Os leitos que a morte ia esvasiando nas enfermarias do governo, vasios ficavam. O dr. Castro Carreira, com a força persuasiva de seus argumentos, não conseguiu, dahi por diante, levar ao Hospital um só enfermo.

Nada valiam os seus esforços nesse sentido—o pobre preferia morrer na sua palhoça, cercado da familia; esta não se conformava a separar-se delle, queria recolher-lhe o derradeiro olhar, na hora extrema, fazendo-o ouvir, dolorosamente, a oração dos moribundos . . .

Nestas condições. o dr. Carreira informou á presidencia quanto occorria com relação á relutancia dos indigentes a se deixarem hospitalizar, e suggeria que fossem fechadas as enfermarias, poupando ao governo a despesa que se estava inutilmente fazendo. (2 set. 1851).

Acceito o alvitre, Almeida Rêgo mandou que o dr. Carreira arrolasse tudo quanto pertencia ás enfermarias e entregasse ao encarregado dos armazens de artigos bellicos, tenente João da Silva Pedreira.

Reconhecendo que era necessario distribuir soccorros a domicilio, o presidente nomeara a 28 de agosto uma commissão para esse fim, composta do ten.-cel. Francisco Fideles Barroso, José Maria Eustaquio Vieira e pharmaceutico Antonio Theodorico da Costa, á qual mandou que a Thesouraria Geral entregasse a quantia de 500$000 reis; a 2 de setembro, deu nova ordem para que á commissão fôssem entregues mais 500$000 reis.

Calorosas palavras de elogio da imprensa local mereceram os medicos.

O *Cearense* (5), depois de judiciosas considerações sobre a calamidade, escreveu:

«—Temos a satisfação de testemunhar, por nós e em nome do publico desta capital, os devidos elogios e sinceros agradecimentos aos Srs. medicos pelo zelo, solicitude e infatigavel actividade com que se tem prestado, todos os dias, a cada hora do dia e da noite a quem quer que de seos serviços profissionaes tem precisado, na presente calamidade.

O Sr. Dr. Carreira, apezar de ter cahido doente, continuou, com risco de aggravar o seo mal, a administrar medicamentos a todas as pessoas que o procuravão, e sem demorar-se com o resguardo, em 3 ou 4 dias apresentou-se na rua; o Sr. Dr. José Lourenço, apezar de dolorosamente contristado pela prolongada enfermidade de seo pae, cuja molestia, zombando de todos os recursos da sciencia, levou-o afinal á sepultura, apesar desses dolorosos motivos, temol-o visto constante e effectivamente a cavallo, correndo de um ponto a outro da cidade, á casa do rico, do pobre, de quem o chama, com um zelo que até hoje a fadiga e a afflicção parece não terem enfraquecido; e o Sr. Dr. Marcos (a quem particularmente dirigimos nossos agradecimentos por ser o nosso medico, e que tratou de 10 doentes em nossa casa) não tem mostrado menos interesse e solicitude que seus collegas, posto que de clinica mais limitada.

Não são menos dignos de elogio o Dr. Candido Pamplona (6) que tem administrado a homeopathia a innumeras pessoas, os srs. boticarios Mamede, Theodorico e Ferreira, tanto pela promptidão com que, nos consta, se prestão a toda hora, a preparar

(5)—*Cearense* de 25 de julho 1851.

(6)—Tenente-coronel Candido José Pamplona, 1.º tabellião publico de Fortalaza. Falleceu a 17 setembro de 1866.

os medicamentos, como por terem, elles mesmos, a instancias de pessoas, medicado a muitas pessoas.

Recebão, por tanto, todos por nós e em nome do publico (que neste sentimento suppomos unanime, sem distincção de côr politica) nossos agradecimentos pelos serviços importantes prestados á humanidade.

Continuem, como esperamos, no mesmo zelo, e a gratidão de um povo reconhecido será eterna, além da recompensa que lhes destina a Justiça Divina

Acabamos de saber neste momento que o exmo. sr. dr. Rêgo se prestara a visitar o capitão Manoel Lourenço, uma ou mais vezes, e lhe applicar os remedios; e que se offerece para ajudar a seos collegas de medicina tanto quanto seos deveres o permittirem.

Não temos a honra de conhecer o exmo. sr. dr. Rêgo, e em nossa posição aguardamos seos actos para julgal-o; porém, amigo da justiça, folgamos de registar em nossas paginas esse procedimento nobre de s. exc., que revela philantropia de seu coração.

Na crise actual por certo o serviço mais importante que s. exc. nos pode fazer é empregar os seus conhecimentos profissionaes em prol do povo desta capital, para alliviar-lhe seos soffrimentos. Praticando deste modo, s. exc. pode ficar certo de ganhar na gratidão deste povo uma memoria indelevel; e nós teriamos a satisfação de commemorar com elogios os actos philantropicos de s. exc. »

O *Pedro II* não restringiu seus elogios aos medicos e leigos que tratavam doentes, estendeu-os a quantos, na pratica da caridade, visitavam os enfermos, levando os soccorros que lhes podiam promover.

«—Dando noticia da continuação desse

flagelo (7), faltariamos ao nosso dever d'escriptor publico se não rendessemos os nossos encomios ao zelo e actividade com que vemos diariamente todos os medicos da cidade percorrerem as ruas e suburbios, visitando e soccorrendo os accommettidos.

Não menos dignos d'elogio he o interesse com que diariamente S. Exc. o sr. presidente da provincia toma providencias em favor da pobresa desvalida, que he accommettida, e para a qual tem S. Exc. com incançavel zêlo mandado apromptar com o aceio e commodidades possiveis um hospital provisorio que S. Exc. em pessoa tem visitado, animando os infelises que ahi achão abrigo a seos padecimentos, segundo somos informados.

Merecem iguaes louvores a caridade e filantropia de algumas almas generosas, que no meio da calamidade que afflige a população, tem tido a pia lembrança de soccorrer algumas familias pobres, mandando a suas casas famulos que as sirvão e outros recursos indispensaveis. Apontaremos aqui, por exemplo, o nome do senhor major Franklin do Amaral que tantas vezes temos visto visitando os immensos accommettidos, pobres ou ricos, com uma actividade e bôa vontade superiores a todo elogio, e que sabemos ter empregado por muitos dias famulos seus no tratamento de algumas pessoas desvalidas do Outeiro.—»

Nessa data,—diz o *Pedro II*—começava a febre a manifestar-se em Maranguape, celleiro que abastecia Fortaleza com os productos da sua já então desenvolvida pequena lavoura.

Aproveita a ocasião o orgão do partido conservador para reclamar do governo a construcção de uma ponte ou a realização de um aterro que poupasse aos habitantes de Maranguape e a quantos iam ali o incommodo de não poderem entrar na po-

(7)—*Pedro II* de 13 agosto 1851.

voação ou della sahir, sem o transito forçado por um extenso pantano.

Teve tambem o clero de Fortaleza o reconhecimento de seus serviços, de ordem espiritual.

O *Cearense* (8), em editorial escreveu:

> «—O anjo exterminador adeja sobre nossas cabeças, ferindo indistinctamente á direita e á esquerda!
>
> Todos os dias novas victimas!
>
> Todos os dias vidas preciosas á sociedade e caras á sua familia vão augmentar o terrivel catalogo!
>
> Meu Deus! compadecei-vos do vosso povo!
>
> No meio da consternação geral, é consolador ver-se que a medicina do corpo e d'alma esgotão seus thesouros.
>
> Os facultativos (já o dissemos) continuão a prestar-se com um zelo e constancia que nem a fadiga, nem o mal tem feito esfriar.
>
> Faltariamos a um dever de justiça, se não fallassemos nos medicos do espirito.
>
> A religião encerra em si thesouros inexgotaveis; e nunca ella é tão sublime e apreciada, como quando derrama suas consolações no leito do moribundo.
>
> Na quadra terrivel em que nos achamos, todos os dias, todas as horas, e para todos os lados são pedidos os soccorros espirituaes; e é com satisfação que disemos que elles tem sido promptamente ministrados.
>
> O reverendissimo sr. vigario Carlos Augusto Peixoto d'Alencar, e os mais sacerdotes que costumão servir na sua igreja, como os srs. padres Guerra (9), Carvalho (10), Joaquim (11), Nogueira (12) &, tem

(8)—*Ceurense* de 19 agosto 1851.
(9)—Padre José Candido da Guerra Passos.
(10)—Padre Antonio Alves de Carvalho.
(11)—Padre Joaquim Pereira de Alencar.
(12)—Padre Francisco Xavier Nogueira.

sido infatigaveis no sublime exercicio de tão santo ministerio.

Si a vida do sacerdote não fosse somente de trabalho, de abnegação e sacrificios, acções tão meritorias serião celebradas por todos os echos da fama...

Acceitem ao menos esta fraca homenagem de nossa admiração pelo zelo, caridade e dedicação infatigavel que tem apresentado em crise tão calamitosa.

Deus de misericordia, compadecei-vos do vosso povo!

Christãos! Abrandai a colera do Senhor! fazei penitencia; pois, sem ella todos pereceis:—*Si penintenciam non egeritis, omnes similitar peribitis* - disse Jesus Christo- ».

Os enterros já se faziam, desde 1848, no cemiterio «S. Casemiro».

Em abril, antes de irromper a epidemia, o padre Carlos, vigario de Fortaleza, attendendo a que era summariamente incommodo o acompanhamento dos enterros, que se faziam á noite, sendo o feretro conduzido a mão, de qualquer ponto da cidade ao cemiterio, tomou a resolução de modificar a pratica até então seguida e determinou que seria o prestito funebre dirigido para a igreja Matriz, onde se fariam todos os suffragios, ficando o corpo ahi depositado, para ser conduzido ao «S. Casemiro» a uma hora mais conveniente.

Essa resolução estava se impondo por diversos motivos—a grande distancia a que ficava o cemiterio, e, sobretudo, a falta de um caminho espaçoso e nivelado que permittisse o livre transito, em noites chuvosas e escuras.

—O cemiterio «S. Casemiro» occupava o terreno onde hoje se elevam armazens e dependencias da Estação Central da Estrada de Ferro. Ficava no sopé do môrro do Croatá; foi, pouco a pouco, sendo invadido pelas areias. Em 1866, não recebia mais cadaveres. Afinal foi, extincto, levando-se para o cemiterio S. João Baptista os ossos retirados dos mausoléos.

Apezar da tristeza geral que envolvia a cidade

e a que ninguem escapou, nesse malfadado agosto de 1851, não hesitou o presidente Rêgo, muito confiante no sentimento humanitario dos cearenses, em lhes fazer um appello no sentido de soccorrerem a capital do Pará, a braço com a fome e com a peste. Não havia, em Belém, viveres que bastassem para o consumo regular, e a febre ia dizimando, espantosamente, uma população quasi faminta.

Dirigiu-se o presidente, em officio, primeiramente, a essa nobre figura de philantropo, que foi o commendador Antonio Telles de Menezes.

Esse homem espargia beneficios sem conta no seio da população indigente, e ninguem o via apparecer entre os pobres a distribuir esmolas e a recolher palavras de gratidão. Combinara o commendador Telles com os medicos, no maior sigillo, o socorro aos necessitados, fornecendo-lhes roupa e dieta.

Carreira, que era o medico da pobreza, sempre muito methodico na vida, organizou com os collegas o serviço, adoptando cartões que os proprios medicos distribuiam pelos pobres, em suas visitas. As casas commerciais, previamente autorizadas, attendiam ás requisições, e Telles saldava as contas. Realizava assim, de accordo com os medicos, a obra grandiosa de S. Vicente de Paulo.

Iguaes officios a esse enviado ao commendador Telles foram dirigidos ao commendador José Antonio Machado e aos negociantes José Smith de Vasconcellos (13), Antonio Gonçalves da Justa, Antonio

---

(13) Nascido em Lisbôa a 10 de dezembro de 1817 e fallecido no Rio de Janeiro a 8 de outubro ds 1901 — aos 86 annos incompletos.

Era, ao fallecer, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, Commendador da Imperial Ordem da Rosa e da de Christo, de Portugal. Em 1869, o governo portuguez fel-o Barão de Vasconcellos.

Casado com uma cearense — d. Francisca Carolina Mendes da Cruz Guimarães, nascida em Canindé a 21 de dezembro de 1814, filha do capitão-mór José Mendes da Cruz Guimarães e d. Angelica Rosa do Nascimento Moreira, e fallecida, em Liverpool, a 4 de agosto de 1873.

Chegou ao Ceará com 18 annos, em 1836, e estabeleceu-se em Fortaleza, abrindo uma casa que denominou — *Bom Sertanejo*, limitada ao commercio de seccos e molhados. Tão razoaveis eram os preços, no seu commercio, que mereceu ser geralmente chamado *Zé Barateiro*. Depois, com as prosperidades alcançadas,

Rodrigues Ferreira, Manoel Caetano de Gouvêa, Desiderio Antonio de Miranda, Joaquim José Barbosa, Manoel José Salgado, Simão Barbosa Cordeiro, Henrique Ellery, vig. Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Luiz Rodrigues Samico, Guilherme Corlett, Singlehurst & Cia. e outros.

Lembraram-se, certo dia, os presos da Cadeia de enviarem a Almeida Rêgo uma representação, certos de que, solicito o presidente em attender a quantos o procuravam, não deixaria de attender ás suas supplicas de reprobos da sociedade. Pediam elles que fossem soccorridos pelos cofres da Provincia, e que se adoptassem para com elles medidas de hygiene de caracter individual: — queriam roupa e banho.

O presidente tomando em consideração o pedido, mandou que fosse ouvido o carcereiro. Pela informação prestada por esse funccionario, verificou-se que, em parte, já haviam sido attendidos os supplicantes, com relação á roupa. O dr. José Lourenço, quando chamado a substituir no serviço da Cadeia o dr. Carreira, atacado de febre amarella, (18 de julho de 1851), fizera dístribuição, sem parcimonia, da roupa necessaria. Quanto á segunda parte do pedido, Almeida Rêgo não se sentiu amesquinha-

---

passou ao commercio de fazendas finas, perfumaria, artigos de armarinho, objectos de luxo, porcellanas, cristaes, tapetes, tudo importado directamente das praças européas, mantendo sempre a mercearia, onde se encontravam finas conservas e superiores vinhos e licôres estrangeiros.

Melhorou o fabrico do pão, na capital, mandando vir, para a padaria que estabeleceu, os machinismos necessarios para a preparação de biscoutos finos e da massa propria para diversas variedades de pão, ainda não conhecidas na capital. Data de dezembro de 1853, no Ceará, o fabrico do pão chamado de Provença, preparado pelo padeiro Francisco Marques de Figueiredo. O povo passou a chamar o pão dessa padaria, qualquer que fosse a variedade,—*pão de machina*.

O barão de Vasconcellos foi um elemento de primeira ordem na alta sociedade de seu tempo--philantropo, accessivel a toda gente, democrata mesmo, sem, todavia, consentir que lhe não respeitassem a linha de separação que o collocava no nivel superior em que sempre se manteve.

Seus filhos - moças e rapazes - receberam esmerada educação, e foram mandados aperfeiçoal-a nas principaes capitaes européas.

do e officiou ao chefe de policia sobre a representação dos presos, recommendando que tomasse as providencias necessarias para que os detentos fossem levados, dous a dous, ao banho, pelo menos duas vezes por semana, no cacimbão do Quartel (28 ag. 1851), tomadas as precauções necessarias para lhes evitar a fuga.

Levantavam-se clamores contra o que se ia passando na enfermaria militar, a cargo do cirurgião portuguez José Joaquim Machado.

Não lhe reconheciam o preparo necessario para o desempenho da sua funcção. A tropa não estava satisfeita com o seu medico, e a soldadesca—dizia-se—temia mais o tratamento que lhe era imposto na enfermaria, que as doenças que lhe viessem a accommetter.

Um dos orgãos da imprensa tratou do facto (14), e, noticiando a visita que o presidente resolvera fazer á enfermaria militar, informa que S. Exc. ficara indignado com o que vira e soubera, e tomara, desde logo, a resolução de, elle mesmo, fazer a visita diaria á enfermaria, pondo assim, virtualmente, á margem, o inhabil cirurgião, e desassombrando-lhe a clientela fardada. Não consentiram, entretanto, que assim o fizesse os trabalhos que ao presidente chegavam, com a marcha invasora da epidemia, que ia ganhando a provincia inteira; mas arredou o cirurgião Machado do serviço no batalhão, nomeando o dr. José Lourenço para substituil-o como medico contractado. (15)

Por esse tempo (dec. de 16 ag. 1851) deu-se a nomeação do medico cearense, dr. Manuel Marrocos

---

(14)—*Cearense* de 5 de agosto de 1851.

(15)—Ao commandante interino do Meio Batalhão, major José da Silva Guimarães, informa o presidente (officio de 1.º set. 1851) que ao dr. Jose Lourenço de Castro Silva, contractado para o serviço medico do Batalhão cabia perceber 65$000 rs., sendo 40$000 rs. de gratificação e 25$000 de passar revista no hospital.

A 8 de setembro, o dr. José Lourenço contrahiu a febre, e, nos poucos dias de sua doença, foi substituido pelo dr. Castro Carreira.

Telles, para o lugar de alferes 2º cirurgião do corpo de saúde do exercito.

O dr. Marrocos residia no sul da provincia.

O acto do governo lhe foi communicado peio presidente, e em resposta, (28 out. 1851) declarou o dr. Marrocos que não acceitava a nomeação. Sua exoneração foi concedida por decreto de 23 dez. 1851.

Machado não se conformou com o que fizera Almeida Rêgo. Abriu conflicto com o presidente e levou á autoridade superior uma queixa.

Dahi lhe resultou ser chamado ao Rio. Embarcou em Fortaleza, com passagem do estado, a 18 de outubro, passando depois a servir na guarnição do Rio Grande do Norte.

Precisava, realmente, sahir do Ceará. Cahira em completo desapreço com relação á arte de curar. Em torno do seu nome, improvisavam-se anecdotas, casos estupendos, sabidamente inverídicos, cuja narração faziam explodirem, em estrondosas gargalhadas, os grupos de rapazes em palestra.

Era, entretanto, um chefe de familia exemplar, de quem se não havia de envergonhar a sociedade em que vivia; severo na educação dos filhos, só se lhe tinha a estranhar certa rudeza no trato social, que, aliás, não era delle, senão do tempo e do meio em que se fizera homem.

No Rio Grande do Norte viveu longos annos.

Entrou no exercito a 10 de julho de 1847 como alferes cirurgião ajudante, classificado no 5º batalhão de fuzileiros, foi promovido a tenente-cirurgião a 3 de março de 1852, e a capitão-cirurgião a 2 de dezembro de 1855.

Teve sua reforma por dec. de 24 de fevereiro de 1866; 4 annos depois, a resolução de 18 de maio de 1870 determinou que sua reforma fosse no mesmo posto de capitão, vencendo 20 vigesimas partes do respectivo soldo pela tabella de 1º de dezembro de 1841 e lei de 14 de julho de 1855.

O cirurgião Machado falleceu, em Natal, a 9 de julho de 1870, poucos dias depois de haver recebido a noticia da melhoria de sua reforma.

Chegam ao Ceará, vindos do Maranhão (12 set.

1851) os criminosos de morte Antonio Abrahão, assassino do major Facundo, e Francisco Ignacio da Silva, assassino de Francisco Torres Barbosa, o infeliz caixeiro de Francisco Dutra de Macedo.

Francisco Ignacio da Silva era um creoulo, muito conhecido pelo appellido de Chico Mulato. Assassinara a cacetadas, na Serra Grande, termo de Villa de Viçosa, a Torres Barbosa, moço de 21 annos de idade, irmão de Manoel Antonio Torres Portugal e tio do dr. Torres Portugal, que veiu a representar o Ceará no Parlamento do Imperio e da Republica.

A infeliz victima andava, em 1845, no commercio ambulante a que se entregava—comprava fazenda e armarinho, organizava seus comboios e partia para o sertão, rumo do Piauhy. Dessa vez, já de volta, encontrara Chico Mulato e Romão de Tal com dous companheiros mais. Iam para Fortaleza, diziam, e tornaram-se companheiros de viagem. Os dous homens que acompanhavam Mulato e Romão eram dous escravos que elles haviam furtado. Souberam os dous malvados que um dos escravos contara a Torres Barbosa o episodio do furto; e, temendo que fossem descobertos, e, mesmo, com o fim de roubarem, accommetteram de subito Torres Barbosa e o assassinaram a cacete, ao chegarem á Serra Grande, no termo de Villa Viçosa. Abandonaram o cadaver em uma grota e, sob ameaça de morte, impuzeram silencio aos escravos.

Não sabiam os malvados que um dos escravos pertencera a Laureano Antonio Ribeiro, pessoa muito conhecida em Fortaleza, pai do contador da Thesouraria Provincial Antonio Laureano Ribeiro.

Chegados a Fortaleza, o escravo procura seu antigo senhor e lhe relata o facto; Laureano o communica ao juiz municipal, que era Vicente Ferreira Mendes Pereira.

Foram dadas as providencias para a prisão dos criminosos. Chico Mulato, porém, viu a escolta, poz-se em fuga e poude mandar aviso a Romão, que andava homisiado. Fugiram os dous. Andaram pelo Cariry e dahi se passaram para o Piauhy e Maranhão onde fôra, ultimamente, capturado Chico Mulato, continuando foragido Romão, seu companheiro nesse cri-

me Mulato ia ser remettido para Viçosa; ahi é que se devia instaurar o processo.

Portugal promettia auxiliar a justiça publica e offerecia 100$000 reis a quem capturasse o outro malvado que lhe assassinara o irmão.

E' desse anno de 1851 o Compendio de Geographia de Pompeu, que todo o Paiz conheceu.

Em julho, o autor annunciava o proximo apparecimento da obra, para a qual tomavam-se assignaturas a 2$000 o exemplar, pagos no acto da entrega nas typographias da cidade, que eram apenas duas— a *Typ. Cearense*, em que se imprimia o *Pedro II*, e a *Typ. Brasileira*, que editava o *Cearense*, e na casa commercial de Manoel Antonio da Rocha Junior, que mantinha uma secção para o commercio de livros e objectos de escriptorio. Depois de impressa a obra custaria 2$500 rs.

O desejo de ver preenchida a exigencia da lei de 24 de dez. de 1849, que estabelecia o ensino elementar da geographia nas aulas primarias, e a falta absoluta de um livro por onde se guiassem os professores do ensino dessa disciplina, é que levaram Pompeu ao trabalho e ás despesas dessa publicação que elle nunca suppoz lhe trouxesse a gloria do seu nome.

Elle foi, por intermedio desse livro, o mestre da mocidade do seu paiz no estudo da geographia. Por quatro ou cinco decennios, nos institutos de humanidades, ao lado dos mappas de Delamarche, o que se encontrava era o compendio de Pompeu, já volumoso, em adiantadas edições, mais minucioso, com uma ligeira noticia historica de cada paiz, em typo menor que o do corpo do livro.

A edição primitiva--Pompeu é quem explica— era destinada especialmente aos meninos das escolas publicas, ás pessoas que ainda se não haviam dado ao estudo da materia, áquellas que não dispunham de tempo para a leitura de extensos tratados. Trazia uma noticia geral da geographia do globo e um estudo do Brasil, tão especializado quanto ao autor foi possivel fazer, naquelles recuados tempos e na restricção de recursos para trabalho de tal natureza.

Não se poupou a fadigas e despesas no arranjo do seu livro o primeiro que publicou. O primeiro, sim: a publicação que o antecede é um pequeno folheto de 44 paginas — *Principios elementares de chronologia para uso do Lyceu do Ceará - 1850.*

Essa 1.ª edição da Geographia de Pompeu é offerecida á mocidade cearense. Contém 284 paginas.

A 2.ª edição, como todas as edições reeditadas correcta e aumentada—appareceu, em 1856, com 536 paginas. Já estava consagrado o livro, era o compendio adoptado no Collegio Pedro II e nos lyceus e seminarios do Imperio.

Veiu a 3.ª edição em 1859 com 519 paginas, tambem correcta e augmentada. Não importa que tivesse menor numero de paginas que a precedente: — questão de corpo de typo e disposição da materia. As notas, ás vezes extensas, elucidativas do assumpto, occupavam uma bôa pasta das paginas, em typo miúdo, e eram muitas as paginas annotadas.

Uma das edições era offerecida a S. M. o Imperador D. Pedro II.

As duas primeiras edições foram tiradas no Ceará, no velho predio em que Pompeu imprimia o jornal do seu partido o *Cearense*. Todas as outras foram impressas no Rio de Janeiro.

Ao tempo do seu apparecimento, o livro de Pompeu era o trabalho que mais interessante e completa noticia do nosso paiz offerecia, acommodada nas proporções commedidas de ligeiro compendio para escolas primarias, sobretudo util aos professores e aos que procuravam os primeiros conhecimentos da geographia do Brasil.

Em setembro começou a declinar, na capital, a epidemia. A imprensa informava, a 2, que na ultima semana houvera apenas 15 victimas, na penultima 30, na ante-penultima 33. Já não era muito avultado o numero de pessoas que vinham sendo acommettidas. A 16, fallecera, entretanto, d. Anna Torres, senhora muito estimada, de familia muito distincta.

Dizia o dr. Carreira que, no perimetro urbano, não havia receio de que recrudescesse a epidemia, e accrescentava:—a febre não tem mais a quem atacar.

E assim era. Almeida Rêgo consultado pelo director da instrucção publica sobre a suspensão das aulas nas escolas de primeiras letras, foi de opinião que se não tomasse a medida alvitrada; estava, entretanto, de perfeito accordo no adiamento dos concursos das cadeiras de substituição de rhetorica e geographia, marcados para setembro. Ficaram adiados para 15 de novembro, e, novamente, para 5 de janeiro de 1852.

Pelos arredores de Fortaleza é que se iam verificando novos doentes, principalmente pelo Alagadiço. Soure já contava mais de 12 victimas e Maranguape estava sendo fortemente atacado, tendo fallecido ahi o prestimoso cidadão Antonio Bezerra de Menezes, pae dos drs. Manoel Soares da Silva Bezerra e Theophilo Rufino Bezerra de Menezes. Até 14 de nov. registraram-se em Maranguape 59 victimas. Ahi permanecia o dr. Marcos Theophilo. O coadjutor padre Antonio Nogueira Braveza promovia subscripção afim de dotar a povoação de um cemiterio. A obra estava quasi acabada.

Na capital, em outubro e novembro, considerava-se quasi extincta a epidemia. A Assembléa poude reunir-se em outubro e funccionar regularmente até 3 de dezembro. Os casos novos que se registravam eram de nenhuma gravidade, e todos em pessoas recentemente chegadas á Fortaleza: dr. Miguel Fernandes, dr. Francisco Domingues (chefe de policia), Francisco Emygdio Soares da Camara, os deputados provinciaes dr. Manoel Franco, dr. Francisco Rodrigues de Lima Bastos, dr. Joaquim Victoriano de Almeida Pinheiro e vigario Antonio José Sarmento de Benevides.

Em breve, alastrou-se a epidemia por toda a provincia.

As communicações do apparecimento da febre nas differentes localidades chegavam a palacio, a pequenos intervallos.

De Quixeramobim, o cirurgião Francisco José de Mattos communicava a lamentavel occorrencia a 14 de agosto, o delegado de policia de Baturité a 16, o delegado de Pacatuba a 27, o juiz de paz de Ma-

ranguape a 28; e, assim, vinham chegando das outras localidades as sinistras communicações. Todos pediam soccorro e a todos acudia Almeida Rêgo, enviando ambulancias, com a possivel urgencia, vencendo as difficuldades de transporte. Os boticarios Ferreira, Mamede e Theodorico, não descansavam, levando o trabalho até altas horas da noite, no empenho de attenderem ás requisições que, amiúde, lhes chegavam.

Não havia medicos para tantos doentes. As ambulancias eram enviadas ás autoridades, com exemplares das *Instrucções* sobre o tratamento, e confiadas, em cada localidade, ás pessoas mais entendidas na arte de curar. Já o dr. Marcos Theophilo partira commissionado para o Aquiraz e Maranguape, acudindo, simultaneamente, a uma e outra localidade, demorando-se dias em uma, dias na outra, deixando, numa e noutra, enfermeiros que, em breves lições, elle ia preparando.

Do Aracaty chegavam noticias pavorosas. A população inteira estava sendo atacada, e iam desapparecendo os membros proeminentes da sociedade local, os que dispunham de conforto e recursos. Os pobres, os pobres desvalidos, esses morriam ás dezenas, diariamente.

Não havia medico na cidade. Os doentes recorriam á bôa vontade do conhecido e estimado boticario José Teixeira de Castro (16), quando chegou, vindo de Pernambuco, um hespanhol—Epifanio Astrodillo Busson que se apresentava como medico, e logo passou a attender aos doentes que o procuraram.

Louvores teciam ao seu preparo scientifico os que logravam restabelecer-se; maldições sem conta lhe vinham de parentes dos que não pudera salvar. Attribuiam á sua ignorancia a perda avultada de doentes.

---

(16)—José Teixeira de Castro, estabelecido com pharmacia, no Aracaty. Na falta absoluta de medico na cidade, Teixeirà começou a applicar remedios aos doentes, lendo os livros de medicina pratica; prestou relevantes serviços aos pobres.

Em 1864, foi nomeado 4.° vice-presidente da provincia, sendo, em 1866, transferido para o 1.° lugar. Foi sogro do dr. Thomaz Pompeu Filho, cearense, e do dr. Antonio Gomes Tavares, pernambucano.

A camara municipal trouxe o facto ao conhecimento do presidente da Provincia, pedindo que acudisse a população, enviando-lhe um medico.

Almeida Rêgo viu-se embaraçado: — o dr. José Lourenço e o dr. Carreira não podiam ser retirados de Fortaleza, e o dr. Marcos Theophilo lá estava em Aquiraz e Maranguape, fortemente atacados. No desejo, entretanto, de attender ao razoavel pedido, o presidente communicou-se com o dr. Marcos, indagando se o estado sanitario das duas localidades já lhe permittia retirar-se, para ir ao Aracaty. A resposta foi negativa.

Nestas circumstancias, o presidente procedeu com a devida prudencia. Não prohibiu, desde logo, a Busson o exercicio da medicina; officiou ao presidente de Pernambuco (17), donde viera Busson, indagando se o suspeito medico exibira ali documentos que lhe provassem a qualidade profissional.

As informações negativas que vieram, mandou-as, então, Almeida Rêgo á camara municipal do Aracaty (26 ag. 1851), recommendando que não permittisse a Busson a pratica do abuso que andava a commetter.

No entanto, O *Cearense*, censurando a severidade dessa medida (21 out. 1851), informa que Epifanio Busson contava 28 anos de pratica e tinha «conhecimentos profundos das materias de sua profissão»; merecera, ao que diziam, o habito da Legião de Honra, na França, e estava prestando reaes serviços, no Aracaty. O facto de não ter mostrado provas de habilitação, no Brasil, não justificava a medida tomada, porquanto havia medico, na provincia, formado no estrangeiro, sem provas de habilitação no paiz, e que clinicava livremente.

Certo é que a situação, no Aracaty, se aggravava consideravelmente, e um convite dali partiu ao dr. Castro Carreira para que fosse salvar a viuva de Domingos Theophilo, gravemente enferma.

Contavam-lhe em cartas que, a 19 de agosto,

(17)—Dr. Victor de Oliveira, nomeado por Carta Imperial de 13 maio 1851.

fallecera Antonio Manoel Alves Ribeiro (18) e, cinco dias depois, o irmão deste, Domingos Theophilo Alves Ribeiro, homem de fortuna e muito prestimo.

Estava já a familia Alves Ribeiro em rigoroso luto, desde alguns mezes, pela morte de Domingos José Pereira Pacheco, cunhado dos dous, o mais rico negociante do Aracaty e o mais notavel membro da sociedade local.

Domingos Pacheco era figura central da familia.

No commercio em que andavam associados os três, era elle quem estudava os negocios e os resolvia. Levou a bom termo realizações ousadas, com tino e prudencia, auferindo para sua casa commercial resultados espantosos, e elevando, longe de sua terra, os creditos da praça de Aracaty que nunca os houvera tão respeitados.

Era, realmente, incontestavel a influencia dos Pacheco e Alves Ribeiro, no Aracaty e em toda a provincia, enorme o seu credito na praça de Recife e em praças estrangeiras. Muito abastados, entrelaçados por allianças conjugaes, viajados alguns, intelligentes, com essa faculdade, tão do nortista, de tudo aprender instantaneamente, ao menor esforço, e com a polidez e urbanidade adquiridas, por intuição, em centros mais adiantados, entraram, lentamente, num melancolico periodo de declinio cujo inicio se assignala com o desapparecimento desses tres membros.

— —

Carreira conferenciou com Almeida Rêgo, e, nessa conferencia ficou deliberado que partiria para aquella cidade o provedor da saúde, logo que melhorasse o estado de alguns doentes que tinha em tratamento.

Effectivamente, partiu a 15 de setembro; a 22 de lá escrevia. Sua impressão foi dolorosissima, ao chegar ao Aracaty. A cidade parecia abandonada, rara a casa em que não havia doentes.

Carreira começou a trabalhar sem descanso. En-

(18)—Casado com d. Alexandrina Mendes Ribeiro, pae do dr. Joaquim Antonio Alves Ribeiro, medico, e do dr. Domingos Antonio Alves Ribeiro, magistrado, e sogro do dr. José Liberato Barroso.

contrara moribundo o thesoureiro da Alfandega José Pamplona (19), pae do dr. Hyppolito Pamplona, pessoa muito conceituada; tivera Busson como seu medico e viera a fallecer a 21. Achavam-se enfermos Bento Fonseca (20), Manoel Fideles, Lobo (21), Aquino, o cadete Liberato (22) e muita gente mais.

Antes que terminasse a licença com que fôra ao Aracaty o dr. Carreira, a Camara Municipal daquella cidade, attendendo a que não declinava a epidemia, officiou ao presidente pedindo-lhe que não retirasse dalli o humanitario medico aracatyense. Almeida Rêgo attendeu ao pedido, (4 out. 1851) observando, entretanto, á Camara que reprimisse o abuso em cuja pratica continuava Epifanio Busson.

A 9 de outubro, Carreira informa, em carta, ao *Cearense*, que ainda eram muitos os doentes, tendo fallecido, nos ultimos dias, o commerciante José Pereira da Graça, pae do dr. Graça, juiz de direito de Quixeramobim (23), e João Luiz da Silva, abastado

---

(19)—A Alfandega do Aracaty foi extincta pelo decreto de 6 de novembro de 1851.

Almeida Rêgo havia nomeado João Alves de Carvalho (port. de 24 out. 1851) para substituir interinamente o fallecido thesoureiro Pamplona; esta nomeação, porém, ficou sem effeito pelo facto da extincção decretada, cuja noticia só chegou á Fortaleza em fins de novembro. Dos empregados da extincta repartição, alguns foram aposentados, outros removidos para a Alfandega e Thesouraria da capital, dous falleceram de febre amarella—José Pamplona e Carlos Felippe Rabello de Miranda, e exonerados dous ou três guardas. O cargo de inspector estava vago, desde a exoneração dada a José Joaquim Fiuza Lima pelo decreto de 26 julho de 1851.

(20)—Bento José da Fonseca e Silva, avô paterno de Julio Cesar da Fonseca Filho; foi deputado provincial nos biennios 1866—67 e 1868—69.

(21)—Antonio da Costa Lobo, pae do dr. Pergentino da Costa Lobo e do padre Glycerio Lobo.

(22)—Liberato Joaquim Barroso, irmão do conselheiro José Liberato. Tinha então 19 annos. Falleceu em Fortaleza a 10 de outubro de 1882. Foi por muito tempo escripturario da Thesouraria Provincial e depois administrador das Capatazias.

(23)—José Pereira da Graça Junior, cearense, natural do Aracaty, nascido a 14 de Março de 1812, filho do commerciante portuguez José Pereira da Graça e d. Maria Candida Carneiro Monteiro. Casou-se, no Recife, em 1833, com d. Maria Adelaide de Alencastro, filha de José Joaquim de Alencastro e d. Maria Eduarda Carneiro Leão. Bacharel pelo Curso Juridico de Olinda, na 3.ª turma, em 1834. Juiz de direito do Icó por dec. de 5 junho

negociante. Em carta de 22 de out. noticia a morte, nesse dia, do escripturario da Alfandega Carlos Felippe Rabello de Miranda.

Em novembro, permanecia ainda Carreira na cidade natal. Almeida Rêgo, ao ter noticia de que a epidemia lavrava intensamente na villa de S. Bernardo das Russas, nomeara uma commissão (29 out. 1851) encarregada da distribuição de remedios pela pobreza, e lhe enviara uma ambulancia (24). A commissão, porém, não distribuiu os remedios que lhe chegaram com a nomeação; teve escrupulos de assumir a responsabilidade do tratamento de doentes e, nesse sentido, officiou ao presidente. Almeida Rêgo, então, aproveitando a circumstancia de achar-se ainda no Aracaty o provedor da saúde, recommendou-lhe que fosse áquela villa e lá se demorasse alguns dias, orientando os membros da commissão na applicação dos medicamentos.

O Icó perdeu uma das suas figuras tradicionaes

1835. Juiz de direito de Pastos Bons por dec. de 19 fev. 1841. Juiz de direito de Quixeramobim por dec. de 10 julho 1841. Juiz de direito do Aracaty por dec. de 20 nov. 1851. Desembargador da Relação do Maranhão por dec. de 16 jan. 1857. Adjuncto e presidente do Tribunal do Commercio do Maranhão. Presidente do Tribunal da Relação do Maranhão por dec. de 4 julho 1874. Agraciado com o Titulo de Conselho por dec. de 31 julho desse anno. Ministro do Supremo Tribunal de Justiça por dec. de 22 dez. de 1876.

Em 1887, teve a aposentadoria por dec. de 26 fev., e o titulo de Barão do Aracaty por dec. de 19 março.

Na Camara dos Deputados representou o Ceará em abril de 1843 como supplente do deputado brigadeiro José Joaquim Coelho, e em 1834 como supplente do deputado dr. André Bastos. Para a legislatura de 1850—52 foi eleito deputado, sendo substituido na sessão de 1852 pelo supplente dr. Ignacio Joaquim Barbosa.

Data de 1857 sua mudança de residencia para o Maranhão, onde permaneceu 20 annos.

Nomeado 2.º vice-presidente do Maranhão por C. I. de 20 julho de 1870, foi chamado á presidencia da provincia 4 vezes: de 29 ag. a 14 out. de 1871; de 29 abril a 29 junho 1872; de 6 nov. 1872 a 4 março 1873; e de 22 fev. a 14 junho de 1875.

Falleceu no Rio de Janeiro a 29 jan. 1889.

(24)—Essa commissão era composta do vigario Joaquim Domingues Carneiro, do delegado de policia e juiz municipal dr. Joaquim José Henriques e do cidadão Antonio Ayres de Miranda Henriques.

com o desapparecimento do tenente-coronel José Pinto Nogueira, tronco de uma familia cearense que se fez muito numerosa e influente. Victimou-o a febre amarella a 16 dezembro 1851. Era portuguez, viuvo e tinha 4 filhos. Residia no Icó havia talvez uns 50 annos.

Um ataque cerebral já lhe puzera retardados em seus movimentos o braço e a perna esquerda. Ainda assim, achava-se á frente de um estabelecimento comercial — a melhor loja de fazendas e armarinho, ferragens e louças, que já se conheceu nos sertões do Ceará. Girava com um capital superior a 150 contos, naquelle tempo, ha mais de 80 annos.

A epidemia começara ali a 20 de outubro, segundo se affirma em carta de 7 de dezembro, publicada pelo *Pedro II*; entre as muitas victimas, contava-se, áquela data, o padre João Nepomuceno de Brito, vigario do Aquiraz, sexagenario e paralytico, já arredado do munus parochial.

Manifestou-se Almeida Rêgo sempre muito solicito em tomar providencias repressivas todas as vezes que lhe chegava ao conhecimento um abuso qualquer.

Nunca tergiversava.

Constou-lhe, certa vez, que um portuguez de nome Ventura «estava cortando uma porção de gado affectado do mal». Immediatamente officiou ao dr. Carreira, autoridade sanitaria, levando o facto ao seu conhecimento (2 set. 1851) e recommendando-lhe que examinasse escrupulosamente essa carne que estava sendo vendida ao publico, e tomasse as providencias que o resultado desse exame lhe aconselhasse.

Soube tambem que, no dia antecedente, morrera repentinamente, para os lados da Jacarecanga, um boi de carro, pertencente a uns carreiros de Maranguape que seguiam com fretes para Canindé, e que, tomadas as providencias para o enterramento desse boi, os encarregados desse serviço, ao chegarem ao local, pela manhã, não encontram mais que vestigios.

Officiou á Camara Municipal, referindo o caso, e recommendando que, por intermedio do seu fiscal,

prohibisse a venda dessa carne, de tão suspeita origem (2 set. 1851).

Com relação ás repartições publicas, teve tambem de tomar providencias.

Aos empregados mandriões não faltaram pretextos, tirados da epidemia, para fugirem ao serviço :— ou não compareciam ás repartições, dias continuados, ou delas se retiravam muito antes de encerrado o expediente.

O facto, perfeitamente justificavel nos dias de pavor, quando, em cada casa, havia um ou mais doentes, foi razoavelmente tolerado, mas entrou a descambar para o abuso e chegou aos ouvidos do zeloso presidente.

Não se fizeram esperar as providencias. Um officio dirigido aos chefes de repartição (5 set. 1851) dizia : «constando a esta presidencia que repetidas faltas se tem dado nas repartições publicas, e que alguns empregados, acobertando-se com o pretexto da epidemia reinante, tem sido menos zelosos no cumprimento de seus deveres, cumpre que, pondo em vigor, nessa parte, o respectivo regulamento, exija attestado de facultativos que comprove verdadeira molestia quando as faltas forem repetidas, e que não consinta que os empregados seus subalternos saiam a passeio nas horas de trabalho, como consta a este governo».

A reunião da Assembléa, que se devia effectuar a 1º de setembro (25), fôra adiada para 1º de outubro.

Era o segundo anno do biennio.

Não havia entre os legisladores da provincia, eleitos em 1850, um só que representasse a opposição liberal. Eram todos conservadores.

A' primeira sessão preparatoria realizada a 30 de setembro, sob a presidencia do dr. Jaguaribe, compareceram apenas 8 deputados: — Jaguaribe, Manoel

---

(25)—Lei n.º 14 e resolução n. 524 de 6 de dezembro de 1850, sanccionada pelo presidente dr. Ignacio Francisco Silveira da Motta.

Franco, Barroso, José Pio. Vianna, Manoel Theophilo, Joaquim Victoriano e Franklin do Amaral.

José Pio requereu que se chamassem 5 supplentes, que, com os deputados que se achavam na casa e na capital (26), perfaziam o numero de 15, sufficiente para a installação dos trabalhos.

Eram em numero de 28 os deputados provinciaes

Approvado o requerimento, foram chamados o dr. José Lourenço (27), o dr. Soares (28), o dr. Raulino, o cap. Luiz Torres e o major João Severiano. Dest'arte, poude a opposição contar com dous representantes—o dr. José Lourenço e o dr. Soares. Compareceram immediatamente e tomaram assento, menos o dr. Soares, que não fora encontrado na cidade.

José Pio requereu, ainda, a chamada de 3 supplentes, e foram chamados o dr. Gouvêa, o padre Sucupira e Luiz Vieira, comparecendo e tomando assento apenas os dous ultimos.

Maximiano Barroso achava que tambem deviam ser chamados os supplentes padre Carvalho (29), padre Nogueira, dr. Herculano Salles, Gusmão e Fideles. Compareceram todos e tomaram assento, á excepção do dr. Herculano.

Assim, assegurado numero legal para o funccionamento da Assembléa, o presidente mandou que se officiasse ao presidente da provincia, pedindo mar-

---

(26)—Contava com o dr. Ibiapina e com Baptista de Castro, que não haviam comparecido, mas estavam em Fortaleza.

O dr. Ibiapina voltara ao Ceará a 9 de agosto. Estivera no Maranhão 10 mezes, em exilio voluntario, depois da grave injustiça que lhe fizera o presidente Moraes Sarmento, exonerando-o dos cargos de promotor publico da capital e procurador-fiscal da Thesouraria Provincial. (1848)

(27)—Durante os trabalhos da Assembléa, foi substituido no exercicio do cargo de lente de francez do Lyceu por Symphronio José da Silva, nomeado interinamente em portaria de 6 de out. 1851.

(28)—Foi substituido interinamente, no exercicio do cargo de procurador-fiscal da Thesouraria de Fazeenda, emquanto funccionou a Assembléa, pelo dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, nomeado em portaria de 7 de out. 1851.

(29)—Padre Antonio Alves de Carvalho. Era o capellão do «Cemiterio S. Casemiro». Durante seu impedimento, foi substituido pelo padre José Candido da Guerra Passos, nomeado em portaria de 7 de out. 1851.

casse dia e hora para a installação dos trabalhos (30).

A 1º de outubro realiza-se a sessão de abertura.

A's 10 horas da manhã, reunem-se 19 membros. Prestam, então, o juramento e tomam assento os deputados Baptista de Castro, que não comparecera ás sessões do primeiro anno do biennio, os supplentes dr. Soares e dr. Herculano e o deputado dr. Ibiapina.

Achavam-se prontos para os trabalhos 22 representantes do povo:—10 deputados: Jaguaribe, Manoel Franco, Barroso, José Pio, Vianna, Manoel Theophilo, Joaquim Victoriano, Franklin do Amaral, Ibiapina e Baptista de Castro; e 12 supplentes: José Lourenço, Soares, Raulino, Torres, João Severiano, padre Sucupira, Luiz Vieira, Herculano, padre Carvalho, padre Nogueira, Gusmão e Fideles.

Ouviram a missa votiva ao Espirito-Santo, na igreja do Rosario, e foram aguardar, no Paço da Assembléa, a hora da installação dos trabalhos.

A Assembléa funccionava, por esse tempo, nessa vasta casa terrea da rua dos Mercadores, que foi a residencia, depois, do commerciante John Mackee, chefe da Casa Ingleza, e, posteriormente, do venerando conselheiro Joaquim Tiburcio Ferreira Gomes, presidente do Tribunal da Relação de Fortaleza.

Na presidencia, Jaguaribe designa para receberem o presidente da provincia e o acompanharem ao recinto os deputados José Pio, José Lourenço, Torres, padre Sucupira e Baptista de Castro.

Ao meio dia, chega Almeida Rêgo. A tropa, disposta á frente do edificio, faz-lhe as continencias devidas, com grandes ruidos d'armas, e a banda de mu-

(30)—Deixaram de comparecer os deputados dessa legislatura—dr. Caminha, dr. F. Araujo Lima, dr. Gonçalo Porto, dr. F. R. Lima Bastos, padre Justino Domingues, dr. Gonçalo Baptista (Barão de Aquiraz), dr. Manoel Fernandes, dr. José Fernandes, vig. Raymundo Ribeiro, vig. Pinto de Mendonça, vig. Sarmento, vig. Pedro J. de Castro e Silva, cel. Joaquim Mendes, cel. Quintal, ten.-cel. Miguel Xavier, D. J. Pinto Braga Junior, ten.-cel. João Carlos Augusto e ten.-cel. José Francisco Pereira Maia—(18).

Destes, alguns, como o dr. Caminha, padre Justino, vigario Sarmento, cel. Joaquim Mendes, Braga Junior e dr. Lima Bastos, compareceram quando a Assembléa ia já adiantada em seus trabalhos.

sica executa, garbosamente, o hymno nacional. As notas vibrantes dos instrumentos metallicos, muito polidos e scintillantes ao sol, davam ao momento um cunho de grande solemnidade, que ia muito bem com as fardas de grande gala dos militares e as severas casacas dos civis - chefes de repartição, altos funccionarios, representantes do corpo consular, membros da camara municipal, representantes do clero, e toda a gente merecedora de respeito em Fortaleza.

Restabelecido o silencio, interrompido lá fóra pelas continencias militares e, cá dentro, pelo ruido da gente que procurava penetrar no salão, todos ao mesmo tempo, Almeida Rêgo, occupando um lugar na mesa, ao lado direito do presidente, leu o seu relatorio, declarou installados os trabalhos do 2º anno do biennio 1850-1851, e retirou-se com o mesmo ceremonial do estylo.

A sessão foi levantada, e não consta que os deputados o tivessem ido levar a palacio...

——

A 2, passa a Assembléa a eleger a mesa e as commissões permanentes:

presidente—Jaguaribe
vice-presidente—Baptista de Castro
1º secretario—Maximiano Barroso
2º secretario—Manoel Franco
supplentes—João Severiano e Vianna
commissão de poderes—Manoel Theophilo, Soares e João Severiano
orçamento—Baptista de Castro, João Severiano e José Pio
leis regulamentares—Herculano Salles, Manoel Franco e Joaquim Victoriano.
camaras municipaes—Luiz Torres, Franklin do Amaral e Maximiano Barroso
industria e commercio—Joaquim Mendes, Fideles e Joaquim Victoriano
justiça—Soares, Ibiapina e Raulino
negocios ecclesiasticos—padre Nogueira, padre Sucupira e padre Carvalho
instrucção publica—Manoel Theophilo, José Lourenço e Luiz Vieira

estatistica—José Pio, Luiz Vieira e Raulino
redacção das leis—Ibiapina, padre Nogueira e Baptista de Castro.

Funccionou regularmente a assembléa até 3 de dezembro, dia em que encerrou seus trabalhos.

A 4 de outubro, na hora do expediente, foi lido um officio dos jovens cearenses José Joaquim de Oliveira e Joaquim José de Oliveira (chamou-se depois Joaquim Hanvultando), agradecendo o auxilio pecuniario que lhes dera a assembléa para a continuação de seus estudos no Rio de Janeiro (31).

A esse tumpo, não havia ainda, no Ceará, o serviço de apanhamento dos debates, na Assembléa.

(31)—Eram filhos de Antonio Joaquim de Oliveira, portuguez, natural de Lisbôa, chegado ao Ceará em 1813, e estabelecido primeiramente em Sobral, depois na Imperatriz, com casa commercial. Arruinado em seu commercio por effeito da grande calamidade de 1825, Oliveira fez-se professor primário, conservando-se no interior até 1833. Nesse anno, partiu com a familia e veiu residir em Fortaleza, onde mais facil lhe seria a educação dos filhos.

Habil artista, abriu uma officina de ourives, que era ao mesmo tempo a escola de seus filhos—escola de trabalho e instrucção. Tomava-lhes as lições na propria officina e lhes ensinava o officio.

Oliveira, muito amigo das letras, tinha um certo preparo de humanidades: conhecia o latim e era muitó versado em inglez, que falava com desembaraço. Estivera alguns annos em Liverpool, em companhia de um tio, que o iniciou na vida commercial.

Installado o Lyceu, foram os dous Oliveira dos primeiros alumnos mstriculados e dos que mais revelaram preparo e intelligencia.

Em 1848, José, o mais velho, em companhia de Saldanha Marinho, que partia a tomar assento na Camara dos Deputados, embarcou para a Côrte. Fez o curso de engenharia na Escola Central, e, por concurso, teve uma cadeira de professor nessa Escola e na Academia de Bellas Artes; ao mesmo tempo que ia chamando para perto de si seus irmãos Joaquim, Lucio e Alvaro que se fizeram, respectivamente, medico, official de marinha e engenheiro.

Com a morte do velho Oliveira, em 1857, resolveram os filhos a mudança de toda a familia para o Rio.

No Ceará, ficaram apenas os representantes de um ramo bastardo, de que foram, sempre, todos muito amigos, conforme se lê nas *Memorias de um pobretão*, obra inedita do conselheiro Alvaro de Oliveira.

Apenas davam os jornaes noticia do que de mais notavel occorria nas sessões, citando os projectos que se discutiam e os nomes dos deputados que tomavam parte na discussão. Nem mesmo faziam o resumo dos discursos que se pronunciavam, e, se algumas referencias registravam os orgãos da imprensa sobre o que diziam os legisladores da provincia, appareciam ellas nas secções humoristicas, em prosa e verso.

A iniciativa de trazer ao Ceará a tachygraphia coube ao deputado Maximiano Barroso. Foi elle que apresentou o projecto autorizando a mesa a contractar um profissional para esse serviço.

Não era Maximiano Barroso um homem de letras. Tivera apenas um precario curso primario, feito no Aracaty, ainda no tempo dos mestres-regios; dotado, porém, de grande intelligencia, muito bom senso e extraordinaria clarividencia, venceu galhardamente na vida, agarrando-se desde cedo aos livros e tomando lições de quem quer que lh'as pudesse dar proveitosas. Tudo quanto sabia nos differentes ramos das sciencias juridicas e sociaes (e não sabia pouco). elle devia a esforço alheio, ouvindo bachareis intelligentes, recem-chegados de Olinda, a quem, propositadamente, levava consultas verbaes, para ouvil-os dissertar com erudição um tanto pedantesca de jovens diplomados.

Maximiano Barroso ouvia-lhes as preleções e bastava isso para tornar-se senhor do assumpto, citando, com segurança e acerto, autores que elle jamais compulsara e cuja doutrina assimilava admiravelmente.

Aos bachareis bisonhos, pobres de saber e preparo para as lides do fôro, Barroso, complacente e generoso, tinha meios de apontar-lhes o caminho a seguir, sem que se descobrisse a funcção de mestre que, disfarçadamente, exercitava, sempre cuidadoso de não molestar-lhes o amor proprio.

Muito querido e respeitado, foi, em Fortaleza, emquanio ahi viveu, no exercicio do cargo de escrivão de orphãos, pessoa de grande relevo social.

Logo, na 1ª discussão, oppoz embargo ao projecto o deputado padre Sucupira. Não lhe podia merecer o voto tal projecto, que não era mais que um disperdicio dos dinheiros publicos. Nas discussões

da Assembléa—perguntava—que se poderia dizer que valesse a pena levar ás gerações futuras? Negava, formalmente, seu voto.

Respondeu-lhe outro deputado que, como o autor do projecto, não alisara mais que os bancos da escola régia—Franklin do Amaral, o *Profundo*, de que falam as chronicas do «Cearense». Disse muito sensatamente da utilidade, das vantagens que adviriam da publicação dos projectos e dos debates por elles suscitados; lembrou que, assim, a provincia melhor ficaria conhecendo o esforço de cada um de seus legisladores, suas idéas, seu preparo e interesse em bem servil-a, não lhe sendo de menor importancia o conhecimento dos motivos que determinassem a adopção das leis que, cada anno, se iriam incorporando á sua legislação.

O projecto passou e teve a sancção de Almeida Rêgo. Foi a primeira lei sanccionada por esse presidente, no Ceará. Tomou o numero 1.

Não faltaram remoques e ironias aos que propugnaram a idéa de Barroso. O jornal da opposição, occupando-se do facto, lembrou que teriam seus leitores de, em breve, admirar, em letra de fôrma, os primores de eloquencia dos legisladores cearenses... Cicero e Demosthenes, modernizados, teriam de apparecer na *salinha*, ali, na rua dos Mercadores...

Trinta foram as resoluções da Assembléa que mereceram a sancção presidencial, negada apenas a duas, que se tornaram leis, mediante a recusa do veto, por mais de dous terços dos deputados.

Essas leis foram as seguintes:

> N.º 1—Resolução n.º 537, de 20 de outubro de 1851 — Authorisa a mesa d'assembléa provincial a contractar no corrente anno e seguintes um tachigrapho que se encarregue de tomar e fazer publicar os trabalhos da mesma.
>
> N.º 2—Resolução n.º 538, de 20 de outubro de 1851—Authorisa a camara municipal do Pereiro a permutar a casa de suas

sessões com outra do tenente-coronel Antonio Martins Porto.

N.º 3—Resolução n.º 539, de 20 de outubro de 1851 — Prohibindo em toda a provincia o córte de carnahubas para extracção de palha.

N.º 4—Resolução n.º 540, de 20 de outubro de 1851--Approva o art. 16 da postura da camara municipal da villa de S. Matheus relativamente á inoculação da vaccina.

N.º 5—Resolução n.º 541, de 20 de outubro de 1851 - Eleva o guisamento e fabrica de todas as igrejas matrizes da provincia a sessenta mil reis.

N.º 6—Resolução n.º 542, de 27 de outubro de 1851—Authorisa ao presidente da provincia a mandar convidar dois Missionarios Capuchinhos dos existentes na provincia de Pernambuco ou a dois quaesquer sacerdotes Brasileiros para serem empregados na predica do Evangelho nesta provincia.

N.º 7--Resolução n.º 543, de 27 de outubro de 1851 - Authorisa ao presidente da provincia a conceder a Manoel Franklin do Amaral prestações annuaes de dusentos mil reis até pagar a quantia de 1:982$480 réis que deve a fasenda provincial.

N.º 8--Resolução n.º 544, de 31 de outubro de 1851—Approvando artigos de postura da camara municipal da villa de S. João do Principe.

N.º 9 — Resolução n.º 545, de 7 de novembro de 1851--Mandando pôr em inteiro vigor a lei n.º 431 de 11 do agosto de 1845 que fixa os limites da freguesia do Sobral com os da Granja.

N.º 10—Resolução n.º 546, de 13 de novembro de 1851 — Approvando artigos de

postura da camara municipal da villa do Riacho do Sangue.

N.º 11—Resolução n.º 547, de 14 de novembro de 1851 Approva artigos de postura da camara municipal da villa de Canindé.

N.º 12—Resolução n.º 548, de 17 de novembro de 1851—Elevando á cathegoria de villa a povoação de Maranguape com a mesma denominação.

N.º 13—Resolução n.º 549, de 18 de novembro de 1851 — Concedendo a Joaquim Lopes dos Santos a permissão de edificar uma casa na cidade de Sobral ao lado da de Antonio Furtado de Mendonça, ficando para isso derrogado o art. 14 da lei provincial n.º 434 de 6 de setembro de 1847.

N.º 14—Resolução n.º 550, de 27 de novembro de 1851—Elevando a categoria de villa a povoação de Maria Pereira, com a mesma denominação.

N.º 15—Resolução n.º 551, de 27 de novembro de 1851—Prohibindo que o creador ou commerciante de gado vacum ou cavallar tenhão em uma legua de terra de tres mil braças mais de 900 cabeças, e obrigando aos mesmos a faserem aguadas em suas terras.

N.º 16—Resolução n.º 552, de 27 de novembro de 1851—Marcando limites a freguezia da Barra do Acaracú.

N.º 17—Resolução n.º 553, de 27 de novembro de 1851—Elevando a cathegoria de villa a povoação de Telha.

N.º 18—Resolução n.º 554, de 27 de novembro de 1851 — Approvando artigos de posturas da camara municipal desta capital.

N.º 19—Resolução n.º 555, de 27 de novembro de 1851—Mandando que os mestres de instrucção primaria possão usar de cas-

tigos physicos por falta de obediencia ou de respeito, ficando assim revogado o art. 26 da resolução n.º 31 de 24 de desembro de 1849.

N.º 20—Resolução n.º 556, de 27 de novembro de 1851—Approvando o regulamento do governo que reforma o do lycêo desta cidade em conformidade da lei n.º 19 de 4 de agosto de 1848.

N.º 21—Resolução n.º 557, de 30 de novembro de 1851—Cria nesta cidade o lugar de distribuidor e contador do fôro civil e criminal.

N.º 22 - Resolução n.º 558, de 30 de novembro de 1851 — Criando cadeiras de primeiras letras de meninas na villa de Baturité, e de meninos na povoação de Sant' Anna do Acaracú.

N.º 23—Resolução n.º 559, de 30 de novembro de 1851 — Authorisando ao governo á dispender a quantia necessaria com a factura de uma sacristia, e de um depozito para ossos no cemiterio publico.

N.º 24 — Lei n.º 560, de 3 de dezembro de 1851—Aposenta no emprego de official-maior da secretaria d'assembléa provincial a Francisco Xavier Nogueira com o ordenado de 500$000 rs. annuaes. (32)

N.º 25—Resolução n.º 561, de 3 de dezembro de 1851—Creando um conselho d'obras publicas na provincia composto de cinco membros, ficando a cargo destes a direcção, inspecção, e conservação das ditas obras.

N.º 26—Resolução n.º 562, de 3 de desembro de 1851—Estabelecendo o modo porque será arrecadado o dizimo dos gados da provincia.

---

(32)—Por proposta do 1.º secretario da Assembléa, João Severiano Ribeiro, foi nomeado para preencher a vaga Antonio Joaquim de Oliveira J.or (27 de nov. 1851).

N.º 27—Resolução n.º 563, de 4 de desembro de 1851—Fixando o numero da força policial da provincia para o anno de 1852.

N.º 28—Resolução n.º 564, de 9 de desembro de 1851—Approvando o compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento da matriz de Arneiroz.

N.º 29—Resolução n.º 565, de 11 de desembro de 1851—Orçando a receita, e fixando a despesa para o anno de 1852.

N.º 30—Resolução n.º 566, de 13 de desembro de 1851—Authorisando ao governo a contractar as obras abaixo mencionadas com um, ou mais individuos nacionaes, ou estrangeiros, formando companhias (33).

N.º 31—Resolução n.º 567, de 13 de desembro de 1851—Approvando as contas de varias camaras da provincia do 1.º de janeiro até o ultimo de dezembro de 1851, e marcando as despezas municipaes para o anno de 1852.

As duas leis a que Almeida Rêgo negou sancção foram a de numero 24, aposentando o official-maior da secretaria da Assembléa Francisco Xavier Nogueira, e uma outra, que não recebeu numero, mas foi registrada a fls. 181 do livro competente na secretaria do governo — auctorizava o presidente da provincia a conceder a Manoel Bezerra de Albuquerque a abater metade da quantia que se achava a dever proveniente do imposto de 1$600 reis sobre cada rez de consumo dos suburbios de Fortaleza no anno de 1847, assim como prestações annuaes de

(33)—Essas obras eram:

«—§ 1.º—Abertura de estradas e factura de assudes.
§ 2.º—Construcção de pontes, e barcas de passagem nos rios em que convier.
§ 3.º—Edificação de cadêas, ou casas de prisão.
§ 4.º—Estabelecimento de casas de mercado nas cidades e villas populosas.
§ 5.º—O encanamento de agoa potavel, onde for necessario.—»

100$000 rs. pelo restante que ficara a dever á fazenda provincial.

Estas duas leis foram mandadas cumprir pelo presidente da Assembléa, dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Antes de encerrar seus trabalhos, levaram os deputados ao presidente da provincia a expressão do seu agradecimento, pelos serviços prestados ao povo cearense, durante a calamidade. Uma commissão compareceu no palacio e, pela voz do dr. Raulino, disse :

«—Illmo. e Exmo. Sr. Presidente.

A Assembléa Legislativa d'esta provincia, tendo na maior consideração os relevantes serviços prestados por V. Exc. a seus habitantes na terrivel crise da febre amarella que tanto flagellou a população desta capital, e continúa a fazer victimas em outros pontos da provincia, deliberou que se exprimisse a V. Exc. os sentimentos de gratidão de que se acha possuida por tão assignalados beneficios, e nos envia em commissão a agradecer as energicas providencias, e promptos soccorros com que V. Exc. procurou mitigar os males resultantes de semelhante flagello.

Fieis representantes da provincia e dos sentimentos d'assembléa, podemos afiançar a V. Exc. que os Cearenses gratos jamais olvidarão tão importantes serviços.

Digne-se, pois, V. Exc. acolher benignamente os sentimentos d'assembléa.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Ceará, 8 de novembro de 1851. — *Felippe Raulino de Souza Uchôa — Domingos José Pinto Braga Junior — José Pio Machado — Justino Domingues da Silva — Francisco Xavier Nogueira.*»

Almeida Rêgo respondeu :

«—Srs. d'Assembléa provincial.—

«O voto de agradecimento que a as-

sembléa provincial, por intermedio de sua illustre commissão, acaba de manifestar-me, em virtude das medidas empregadas na crise luctuosa por que passou esta capital e á que ainda estão submettidas diversas povoações, medidas que aconselhavam o dever de meu cargo e os sentimentos de humanidade, é assás lisongeiro por deixar entrever que assim obrando correspondi ás vistas dos escolhidos da provincia, e será um incentivo para proseguir no empenho de continuar a bem merecer d'elles. Palacio do governo do Ceará em 8 de Novembro de 1851.—*Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rêgo*».

No Relatorio lido, exposição singela e perfeita do estado em que se achava a provincia, lembra Almeida Rêgo que, nomeado presidente do Ceará por C. I. de 31 de maio, tomara posse a 6 de julho ultimo.

Adiara a abertura da Assembléa de 1º de setembro para 1º de outubro, por motivo da epidemia da febre amarella.

—Com relação á tranquillidade publica e segurança individual e de propriedade, diz que o estado da provincia era lisongeiro, comparando-o ao que era na administração Fausto de Aguiar, devido isso, em grande parte, ás sabias e energicas medidas tomadas por seu antecessor Silveira da Motta.

—Pede que se restabeleça a illuminação de Fortaleza com os 44 lampeões mandados collocar pelo presidente Moraes Sarmento (1º março 1848), visto que a despesa a fazer seria apenas a do azeite e limpeza dos lampeões.

—Diz que as 90 praças de que se compunha o Corpo de Policia não eram sufficientes para as necessidades que occorriam, e que, se o serviço se ia fazendo regularmente, é que a essa milicia se achavam adidas 100 praças, pagas pelo Ministerio da Guerra, e cujo engajamento devia terminar em novembro proximo. Pede, em vista disso, que seja elevado o numero de praças a 120, convindo que dessas 120

praças 12 sejam montadas, para o serviço da ronda e diligencias nos suburbios da cidade (34).

Era commandante do Corpo o tenente reformado João da Silva Pedreira.

No caso de ser augmentada a força – accrescenta – será necessaria a acquisição do armamento e equipamento correspondente, porque o que existia nos armazens de artigos bellicos pertencia ao Ministerio da Guerra.

O serviço de policiamento no interior vinha sendo feito por praças do antigo Corpo Fixo, ultimamente denominado Meio Batalhão de Caçadores, com o auxilio das 100 praças adidas á policia.

Fortes destacamentos eram conservados nas cabeças de comarca, tirando-se destes, quando o serviço o exigia, pequenos contingentes para as localidades vizinhas.

Além disso, Silveira da Motta, seu immediato antecessor, entre as importantes medidas que tomara

---

(34)—A Assembléa attendeu ao pedido, e na lei que tomou o n.º 27, sanccionada por Almeida Rêgo a 4 de dez. de 1851, determinou que a força policial da provincia para o anno de 1852 constasse de 141 praças, formando um estado-maior e duas companhias de infanteria, da maneira seguinte:

1 major commandante	Estado-maior
1 sargento ajudante	
1 sargento quartel-mestre	
2 tenentes	
2 alferes	
2 1.os sargentos	
4 2.os sargentos	
2 furrieis	
8 cabos	
2 cornetas	
116 soldados	

Venciam: — o major commandante 50$ de soldo e 10$ de gratificação; os tenentes commandantes de companhias 40$ de soldo e 5$ de gratificação; os alferes 35$ de soldo; o sargento ajudante 550 reis de soldo diario; o sargento quartel-mestre 550 reis diarios; os 1.os sargentos 500 reis diarios; os 2.os sargentos 450 reis diarios; os furrieis 400 reis diarios; os cabos e cornetas 360 reis diarios; os soldados 320 reis diarios (uma pataca).

A fazenda provincial fornecia a cada praça de pret 20$ reis annuaes para fardamento, que constava das seguintes peças:—1 bonet de panno azul, um jaque de dito, 1 dito branco, 4 camisas, 2 calças brancas, 1 calça de panno azul, 2 pares de sapatos, 1 gravata de sola, 1 par de polainas.

para a repressão dos crimes e captura dos criminosos, mandara postar dous destacamentos em Varzea da Vacca e Amarração, limitrophes do Piauhy, valhacoutos de malfeitores que, perseguidos, facilmente transpunham os limites, passando de uma para a outra provincia, pondo-se em côbro da perseguição. Dessa medida iam-se tirando grandes resultados. «A obra, pois, de expurgar a provincia de semelhantes féras,—diz Almeida Rêgo—que foi tão nobre e corajosamente encetada pelo meu digno antecessor, não deve ficar parada».

—Refere o presidente que em junho começara a grassar, na capital, uma febre de caracter epidemico, «que tem atacado até hoje a quasi toda a população». Houvera, em começo, divergencia entre os medicos quanto á natureza da doença, julgando alguns que se tratasse de febre gastrica; depois, accentuou-se a epidemia e a observação de numerosos casos veiu affirmar que se tratava de febre amarella.

O numero de doentes na Capital foi avaliado em 6.000 (seis mil), sendo que só o medico da pobreza tratou de 1.502 (mil quinhentos e dous).

A mortalidade, attenta a gravidade da doença e o grande numero de pessoas atacadas, foi em pequena escala.

Da Capital estendeu-se a epidemia a Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Quixeramobim, Aracaty, a toda a provincia.

Medidas preventivas foram tomadas para evitar a propagação do mal:—«limpeza das ruas e praças, destruição de fócos de emanações mephyticas e deleterias, e publicação e distribuição, pelas autoridades locaes, dos pareceres dos medicos, onde se achavão consignadas as medidas hygienicas conducentes a esse fim, e as regras de tratamento».

Para o tratamento dos indigentes foram prepadas duas enfermarias, no Hospital de Caridade. O governo imperial autorizara que se despendesse quanto fosse necessario para combater o mal, e, assim apparelhado, Almeida Rêgo commissionou para as povoações vizinhas da Capital um medico (dr. Marcos José Theophilo) e para Quixeramobim um cirurgião (Francisco José de Mattos), encarregados do tratamento dos indigentes; e nomeou uma commissão

para a distribuição de esmolas á pobreza, esmolas que importaram em um conto de réis, alem do muito com que já concorrera a liberalidade do commendador Antonio Telles de Menezes.

—Com a febre amarella, appareceram tambem o sarampo e a variola. As medidas de isolamento dos doentes desse ultimo morbo, no Lazareto de Jacarecanga, determinaram que se não estendesse o mal pela população.

A vaccina não dava os resultados que se deviam esperar, affirma Almeida Rêgo:—era inefficaz a lympha recebida do Rio, e não havia nenhum zêlo dos encarregados da propagação do excellente meio prophylatico. Lamentava o presidente esse facto, que achava vergonhoso; e tomava medidas de resultados seguros.

—Elogia os medicos que lutaram com heroicidade e desprendimento:

—«Não devo findar esta triste descripção sem vos patentear os elogios de que são dignos os medicos desta capital, cujos nomes me honro aqui de registar como um signal de gratidão por sua dedicação á cauda da humanidade.

Os Srs. Drs. José Lourenço de Castro e Silva, Liberato de Castro Carreira e Marcos José Theophilo são dignos dos maiores encomios por sua solicitude, zêlo e dedicação pela sorte dos Cearenses que lutaram com tais epidemias, não devendo omittir que o Dr. Carreira tratava a maior parte da pobresa pelo systema homeopathico, fornecendo os medicamentos á sua custa, a que nunca se recusou, ainda mesmo durante o tempo em que foi acommettido do mal.—»

—Lembra que convinha habilitar o governo com os meios sufficientes para aterrar os pantanos que existiam em torno da capital e, mesmo, dentro della, sendo o pantano da Prainha um dos que mereciam muito particularmente essa attenção; sabia-se que todos os annos desenvolviam-se na capital febres intermittentes e outras devidas, certamente, á existencia desses fócos.

—Informa que a obra da Matriz não estava ainda concluida. Celebravam-se os officios do culto na igreja do Rosario. O parocho da freguezia (padre Carlos) pedia instantemente um auxilio pelas rendas

da provincia, bem como se edificasse uma pequena sacristia na capella do cemiterio e se fizesse um deposito para os ossos retirados das sepulturas. Já se fizera o orçamento das despesas que acarretariam esses dous melhoramentos.

Quasi todos os parochos das outras freguezias reclamavam auxilios para reparos de suas matrizes; em algumas, como as do Riacho do Sangue, Ipú, Jardim, Barra do Acaracú, Villa Viçosa e Granja, eram urgentissimos esses reparos.

As igrejas que haviam recebido melhoramento em consequencia de disposições legislativas provinciaes foram as de Sobral, Baturité, Sant'Anna do Acaracú e Aracaty; a 1ª 600$, a 2ª 200$, a 3ª 500$ e a 4ª 800$.

A quantia de 500$, votada pela lei do orçamento vigente para a matriz de Missão Velha, já fôra pela presidencia mandada pôr á disposição do respectivo parocho, e, se ainda não fôra feita effectiva a entrega, era por falta do preenchimento das condições estipuladas nas instrucções de 12 de fevereiro daquelle anno, estatuidas por Silveira da Motta e que seriam apresentadas á Assembléa para approval-as ou não.

Excellentes resultados iam dando essas instrucções, segundo as quaes se tomava conta de todos os dinheiros votados para obras publicas, verificando-se seu bom ou mal emprego.

A igreja de Missão Velha achava-se em obras, já muito adiantadas, devido ao zêlo do respectivo parocho (35), «o qual empenhando a sua influencia de pastor e invocando o espirito religioso dos povos da sua freguezia, tem conseguido fazer grandes reparos na dita matriz, que se achava perfeitamente arruinada. Digno dos maiores encomios esse pastor».

Iguaes esforços, constava, havia feito o vigario de Arneiroz, que pedia um auxilio de 300$ para a conclusão da obra. Era de opinião que devia ser attendido.

—Tratando das obras publicas, diz que o Hospital de Caridade, ainda inacabado, já prestava serviços: fôra ali que se installaram as duas enfermarias

(35)—Padre José Modesto Pereira de Brito.

que receberam os indigentes atacados de febre amarella.

—Em execução da lei n. 15 de 4 de agosto de 1848, mandara o presidente Silveira da Motta, seu antecessor, lançar os fundamentos de uma cadeia que tivesse as proporções para de futuro conseguir-se uma casa de correcção, segundo o systema decretado na lei citada; «mas não existindo, na capital, prisão alguma forte, como já vos fiz ver antecedentemente, mandou o meu antecessor continuar com a obra da cadêa, fazendo-se a despesa pela verba das obras publicas, que foi logo esgotada poucos dias depois que entrei na administração, mas sendo geralmente reconhecida a necessidade da mesma obra, e agora ainda mais porque, tendo de ser demolida a cadêa que existe á frente do quartel do Meio Batalhão, em consequencia de estar em andamento a obra delle, nenhuma prisão vem a restar que não a extincta casa de correcção, que, como sabeis, não offerece as precisas condições de segurança».

Sendo assim, mandou Almeida Rêgo que continuassem os trabalhos da dita obra, prevalecendo-se da autorização conferida pelo art. 7 da lei do orçamento vigente, até que se reunisse a Assembléa.

O estado geral das prisões era o peor possivel, não se exceptuando nem a da Capital. Eram, em geral, «viveiros de immoralidades e torpezas». Lugares havia, como a villa de Ipú, cabeça de comarca, onde, á falta de uma casa com a segurança precisa, eram alguns presos conservados em troncos, com offensa da lei fundamental do Imperio.

Tinha soffrido reparos a cadeia do Crato e ficara em condições de bem servir, conforme declarara Silveira da Motta no Relatorio com que lhe passara a administração. Estavam em concerto as cadeias de Sobral e Quixeramobim. Pediam a construcção de cadeia as camaras do Jardim e S. João do Principe.

—Já estava aberta a nova estrada de Maranguape - o celleiro da Capital. Conforme fôra contractado, media 20 palmos de largura. Silveira da Motta não a considerava uma estrada, mas um esboço de estrada que, de futuro, seria construida com as condições necessarias de commodidade ao transito. Acha-

va Almeida Rêgo que essa obra devia ser completamente terminada, e isso traria grande vantagem á Fortaleza, que se abastecia grandemente em Maranguape, e a essa nascente povoação, cuja agricultura tomava certo desenvolvimento com o plantio da canna e do café.

—Não fôra levada a effeito a execução da estrada do Icó ao Crato.

De muita necessidade era a abertura de uma estrada que, passando pelo Icó, fosse a Oeiras, capital do Piauhy.

O governo imperial muito se interessava por que se realizasse tal melhoramento. Havia, porém, a difficuldade de levantar a planta e fazer o orçamento, porque a Provincia só dispunha de um engenheiro (36), o qual estava assoberbado de trabalhos. Já communicara isso mesmo ao ministro do Imperio e esperava uma resolução qualquer.

—Mandara Silveira da Motta orçar a obra de uma ponte de desembarque no porto da Capital, em consequencia de ordem imperial. Constava a Almeida Rêgo que esse orçamento já fôra levado ao conhecimento do corpo legislativo, e tinha esperança o presidente de lançar os fundamentos dessa obra de tanta utilidade.

—Silveira da Motta, querendo animar a cultura do algodão que se incrementava na provincia, ao seu tempo, obtivera do governo imperial sementes dessa malvacea e uma machina de descaroçar, da invenção de Augusto Mullet: as sementes foram distribuidas pelas municipalidades cujo municipio offerecia terreno favoravel a essa cultura; a machina fôra confiada ao agricultor de Maranguape tenente-coronel Ignacio Pinto de Almeida e Castro, com a condição de fazel-a funccionar na safra desse anno (1851) e apresentar um relatorio de suas vantagens sobre os velhos engenhos até então usados. Ultimamente, com autorização imperial, lhe fôra cedida essa machina, obrigando-se o ten.-cel. Ignacio Pinto a mostral-a a qualquer lavrador que a desejasse conhecer.

A cultura do algodão era a melhor da Provin-

(36)—O dr. Manoel Caetano de Gouveia.

cia, a mais remuneradora; ia, porém, decahindo, em consequencia da *má qualidade da semente e da molestia que tem no germen.* Próspera era essa cultura na Parahyba, que se servia de bôas sementes, vindas dos Estados Unidos. Almeida Rêgo mandara vir da Parahyba algumas dessas sementes, para experiencias.

—Estavam tambem promptos a serem distribuidos por algumas municipalidades modelos de uma nova machina de fazer farinha, inventada e adoptada em Santa Catharina.

—Parecia a Almeida Rêgo que em terrenos da Serra Grande, Crato e Baturité devia ser prospera a cultura do chá. «Julgo de grande utilidade» - dizia elle aos representantes da provincia—«que autorizeis o governo a mandar engajar, no Rio de Janeiro, um individuo que saiba praticamente fazer a colheita e torrefação da mesma planta, e que se mande estabelecer, ou por conta do governo ou de algum fazendeiro, em um dos indicados lugares em que se julgue ser mais aproveitavel a sua presença; pois, consta-me que, no Crato, existindo já essa planta, não he ainda cultivada em razão de falta de conhecimentos praticos de sua preparação. Tenho pedido para ali as precisas informações sobre a existencia e qualidade do chá que se diz haver, e opportunamente vos informarei com o que a respeito se offerecer».

—Passa o presidente a falar de uma industria, no Ceará, que, até hoje, ao que parece, não teve os aperfeiçoamentos que tem recebido em outros Estados do Brasil, mesmo do norte:

> « -Existe nesta provincia um ramo de industria que não tem sido até hoje em nada melhorado, podendo aliás fazer grande parte da riqueza da provincia: - quero fallar dos atanados a que nesta provincia chamão vaqueta, ou sola.
>
> He tão imperfeito o cortume das solas que são fabricadas nesta provincia, que nos mercados da Europa não são ellas aproveitadas sem que passem por um novo processo. Sendo, pois, muito consideravel a somma de productos que neste ramo se perde, ou porque os couros não são aproveitados,

ou pela imperfeição do genero, seria de muito alta conveniencia que procurassem animar o melhoramento deste fabrico, offerecendo algum premio, ou mesmo fazendo algum emprestimo á quem se proposer a um trabalho desta ordem; pois consta-me que em algumas outras provincias do imperio o fabrico da sola se acha consideravelmente melhorado, no que muito tem ganho as suas rendas.

Um dos melhoramentos que mais convinha dar á este ramo d'industria era fazer com que as solas que tivessem de ser exportadas fossem logo garneadas, processo esse que se pode fazer com muita facilidade.—»

—Informa Almeida Rêgo que o numero de alumnos, que frequentavam o Liceu (37), era de 102, o dos que frequentavam as escolas publicas era de 2091 e o das aulas de latim, não incluindo a do Lyceu, era de 150. Havia 20 escolas particulares, das quaes 7 eram frequentadas por 178 alumnos, não se conhecendo o movimento das outras 13, por não haverem enviado os mappas os respectivos professores. Dous mil e trezentos era o numero de alumnos que, no Ceará, frequentavam aulas primarias.

O Lyceu estivera fechado um mez, por motivo da febre amarella. Achavam-se vagas as cadeiras de substituição de latim, rhetorica e geographia, cujo concurso estava adiado para 15 de novembro, esperando que a Assembléa deliberasse sobre o regulamento do Lyceu, confeccionado pelo governo em virtude da Res. nº 453 de 4 de agosto de 1848 (38). Nesse regulamento, as cadeiras de substituição ficavam

(37)—O Lyceu vinha funccionando desde o tempo de Moraes Sarmento em um predio sem as accommodações necessarias, vizinho ao em que estava a Inspecção do Algodão, em frente ao Paço Municipal, na Rua da Pitombeira. Almeida Rêgo o tirou dahi e o installou num dos melhores predios de Fortaleza—o sobrado de Odorico Sigisnando de Arnaut, sito á rua da Bôa Vista, esquina do Campo da Polvora, alugado, por contracto, a 17 de julho de 1851, por 400$ annuaes.

(38)—A Assembléa approvou esse regulamento: é a lei n.º 20, sanccionada por Almeida Rêgo a 27 novembro de 1851.

reduzidas a tres. Achavam-se vagas, tambem, as cadeiras de substituição de francez e inglez e philosophia.

Pedia Almeida Rêgo, diante das reclamações que dirigiam ao governo, que a Assembléa revogasse o art. 26 da lei nº 31 de 24 de dezembro de 1849. Esse artigo abolia os castigos physicos, nas escolas. E justificava o presidente esse pedido:

> «—pois se tem reconhecido que sem esse auxiliar a educação das crianças entre nós se não póde fazer convenientemente.—» (39)

—Reclamava dotação no orçamento para a compra de traslados e compendios apropriados para as aulas

> «—e em que os meninos, pela sua leitura, possão ir logo comprehendendo que o conhecimento e a pratica dos deveres é a primeira das obrigações do homem. Presumo que os alumnos que frequentão nossas escolas nenhum principio de moral e de religião lhes é ensinado, e aqui achareis certamente a causa da maior parte de nossos males.
>
> Sem reforma de costumes não podemos marchar para o engrandecimento e prosperidade do paiz; e, sendo a instrucção e a educação da mocidade a principal base da reforma, para ahi devem convergir todas as nossas vistas.—»

Desejava professores mais habilitados e mais bem pagos.

Achava que se devia abonar quantia razoavel para o aluguel de melhores casas para as escolas, não se permittindo que os professores dessem aula na sua propria residencia. Algumas dessas não tinham as accommodações necessarias para escola.

Pedia autorização para alugar uma casa e nella

---

(39)—A Assembléa o attendeu. Votou a Res. n.º 555, sanccionada como lei (n.º 19) a 27 novembro 1851; permittia o castigo de 6 palmatoadas, por falta de obediencia ou de respeito.

fazer os reparos necessarios para ahi installar a 2ª cadeira do sexo masculino que estava funccionando na casa de residencia do respectivo professor, «em extremo acanhada e summamente calida».

—A receita arrecadada até o fim de agosto—dizia o presidente aos representantes da provincia—montava a 108:333$156 reis, que, com a importancia de 17:659$980 reis que estava por arrecadar, sommava 125:993$136 reis. Deduzida a despesa de 63:573$856 reis effectuada até agosto, e mais a de 66:757$118 reis que se tem de fazer no exercicio vigente, havia o *deficit* de 4:337$838 reis.

Esse *deficit*, porém, não era o real. Havia, em letras que passaram do saldo do anno anterior, e outras provenientes das arrematações do anno vigente, a quantia de 39:312$401 reis.

A despesa para o anno financeiro de 1852 estava orçada em 110:935$432, e a receita em 110:161$202, havendo o diminuto *deficit* de 774$230, que teria de desapparecer, forçosamente, porque sendo a despesa calculada, na fórma da lei, sobre o rendimento dos ultimos tres annos, e desses fazendo parte o anno de 1848, que foi escasso em consequencia da secca de 1845, era natural que, se não occorresse qualquer incidente extraordinario, a receita não poderia ser inferior a de 1849, e nesse caso, a não ser a despesa consideravelmente augmentada, o *deficit* teria de desapparecer.

Pelo lado da divida fundada não era menos satisfatorio o estado das finanças da provincia. Fôra amortizada em apolices da 1ª e 2ª classe na quantia de 11:800$000, restando a divida de 37:494$579 reis.

—Passa a fallar da Secretaria do governo. Achava-se vago, desde dezembro de 1850, o cargo de secretario da provincia. Estava sendo exercido interinamente pelo official-maior Manoel Francisco de Paula Barros. Conservavam-se em dia os registos mais importantes. O archivo, porém, não estava aindo organizado, por não se haver habilitado o governo a fazer as despesas necessarias. Aliás, o presidente Fausto de Aguiar já fizera pedido nesse sentido.

—Quanto á divisão civil, judiciaria e ecclesiastica da provincia, pequenas alterações se haviam dado.

Era quasi a mesma do tempo em que Fausto de Aguiar della se occupava, em seu relatorio.

Por decreto de 30 de julho ultimo, fôra reunido o termo da villa de Santa Cruz ao da Imperatriz sob a jurisdicção de um juiz municipal e de orphãos; ainda não fôra provido.

O governo imperial baixara, nesse anno de 1851, o regulamento n. 797 de 18 de junho, determinando que se procedesse ao censo geral do Imperio; creou uma directoria geral na Côrte e um director em cada provincia. O do Ceará foi o dr. Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira.

Sob proposta deste e de conformidade com o art. 30 desse regulamento, o presidente Almeida Rêgo nomeou (port. de 4 out.) os seguintes directores municipaes:

Capital—João Severiano Ribeiro
Aquiraz—Francisco Jesuino da Cunha Lage
Cascavel—João Lopes Ferreira
Santa Cruz—padre Francisco R. Barbosa
Imperatriz—vig. Luiz Antonio da Rocha Lima
Sobral—dr. Antonio Domingues da Silva
Acaracú—padre Antonio Xavier de Castro e Silva
Granja—prof. José Eleuterio da Silva
Villa Viçosa—vigario José Bevilaqua
Ipú—vig. Francisco Corrêa de Carvalho e Silva
Baturité—vig. Raymundo Francisco Ribeiro
Canindé—Francisco de Paula Souza Leão
Quixeramobim—José Amaro Fernandes
Cachoeira—Manoel Pinheiro de Mello
Inhamuns—vig. José da Costa Leitão
Crato—Miguel Xavier Henriques de Oliveira
Jardim—Francisco Tavares Quintal
Barbalha—vig. Pedro José de Castro Silva
Milagres—André Gonçalves Dantas
Icó—Francisco Manoel Dias
S. Matheus—dr. José Fernandes Vieira
Lavras—João Carlos Augusto
Aracaty—Silvestre Ferreira dos Santos Caminha
S. Bernardo—Antonio José Girão
S. Cosme e S. Damião—Antonio Martins Porto.

O dr. Manoel Theophilo nomeou escripturario do censo Antonio Ferreira Salazar, acto approvado pelo presidente da provincia em portaria de 6 de outubro.

Pompeu andava, desde alguns annos, procurando fazer o recenseamento da população da provincia. Dominava seu espirito essa idéa. Julgando poder, sem a intervenção official, chegar a resultado, escrevera ás autoridades dos municipios e a todas as pessoas que, nas differentes localidades da provincia, lhe pareciam em condições de ministrar-lhe os dados de que precisava. Dezenas de cartas partiram para o interior com o pedido e as instrucções necessarias para que os dados viessem em condições de bem servir. Não esperava Pompeu que fosse cumpridamente attendido, mas suppunha que de seu esforço lograria sempre algum resultado. Conhecia de sobejo o pouco caso que se ligava ao assumpto, e a indifferença com que eram recebidos estudos dessa natureza.

Inteiramente perdido o seu esforço - nem os delegados, sub-delegados e juizes de paz o attenderam, e raros os parochos e particulares que lhe responderam ás cartas. Recorreu, então, á secretaria do governo e á secretaria da policia.

Ahi é que lhe ministraram alguns mappas remettidos pelos juizes de paz, sub-delegados e alguns parochos.

Eram poucos. Infelizmente, faltavam os de grande numero de freguezias. Esses mesmos que obteve Pompeu eram tão defeituosos, tão fóra das normas geralmente adoptadas nesse serviço, que mal podiam servir de base para calcular a população em globo. Alguns, muito deficientes, só continham o numero total dos habitantes da freguezia; outros não eram mais que uma lista de nomes.

Os da policia não incluiram a população escrava, consignavam apenas a população livre.

Além disso, eram extremamente discordes. Num anno, o mappa dava um certo numero de habitantes, no anno seguinte um numero muito menor, sem ter havido razões para o decrescimento. O Icó, por exemplo, tinha em 1848, pelo mappa da policia, 10.643

habitantes livres; em 1850, o mappa da secretaria do governo dava-lhe, incluindo a população escrava, apenas 8.366 habitantes. A Granja, pelo mappa de 1848, accusava 15.729 pessoas livres; em 1850, entre livres e escravos, 12.257.

Estas e outras anomalias punham a descoberto a imperfeição, o desleixo, a nenhuma attenção com que se executava esse serviço. Com taes dados—concluia Pompeu—nunca se poderia chegar a um resultado que se pudesse julgar, mesmo, aproximado da verdade. Os poderes publicos não ligavam a minima importancia ao assumpto. Nada adiantava falar sobre o papel das estatisticas orientando os povos no seu desenvolvimento, nem sobre as conclusões a que ellas conduziam. Não eram assumpto politico, ligado a interesse estreito de partido...

Se, ao menos,—explicava Pompeu—os mappas de obitos e nascimentos fossem rigorosamente exactos, poder-se-ia por elles avaliar o numero de habitantes; seriam elementos magnificos para o calculo; mas de todos os trabalhos desse genero era o mais imperfeito e, pelo modo por que era feito, nenhuma utilidade poderia ter.

O censo ultimo da provincia, feito em 1839—é ainda Pompeu quem informa - attribuiu á provincia 208.000 habitantes. Era muito pouco, affirmava elle, diante da disposição dos dous censos no municipio da capital. O de 1839 deu 21.115 de população livre e escrava; o de 1848, só de população livre, deu 40.675 — quasi o dobro só com população livre em 9 annos, o que não era crivel, se não se admittisse que o primeiro foi muito inferior ao numero verdadeiro.

O visconde de Villiers, no seu *Mappa Topographico*, deu á provincia 400.000 habitantes. Não sabia o illustre cearense de que base se servira aquelle titular.

A elle Pompeu se offereciam duas bases, ambas falliveis, para o calculo da população da provincia. Ambas davam, mais ou menos, o mesmo resultado.

A primeira dessas bases era o numero de eleitores de 1832. Era sabido—explicava—que a eleição desse anno fôra ainda extreme de vicios. Ora, em

1832, votaram, salvo engano. 340 eleitores. Supponha-se que foi esse o numero exacto. Cada eleitor correspondia a 100 fogos, e cada fogo regulava 5 pessoas. Logo em 1832, deviam haver 170.000 almas.

$$340 \times 100 \times 5 = 170.000$$

Admittindo-se que a população, entre nós—é Pompeu quem argumenta—duplique de 20 a 24 annos, deve essa população de 170.000 ter tido um accrescimo de 161.500 (dando 5 %, annualmente, de incremento á população inicial); sommando os dous numeros, tem-se 170.000 + 161.500 = 331.500.

A outra base repousava no recenseamento de 1839.

Como já ficou dito, esse recenseamento attribuia ao Ceará a população de 208.000 habitantes, Admittindo o mesmo incremento de 5 %, annualmente, sobre a população inicial de 208.000, verifica-se um accrescimo, em 12 annos, de 124.800, que, sommado a 208.000 dá 332.800, quasi o mesmo resultado, ou aproximadamente o mesmo em calculos dessa natureza.

Na noite de 23 de outubro de 1851 a população da capital despertou assustada. Os sinos tocavam a rebate. Um incendio lavrava no estabelecimento commercial de Manoel Antonio da Guerra, situado nos «Quartos da Agostinha».

Assim se chamavam uns casebres que formavam um dos lados da praça Carolina; iam, em linha recta, da rua da Pitombeira ao largo de Palacio. Baixos, de construcção precaria, alinhavam-se no local onde, hoje, se ergue o palacete da Assembléa. Quasi todos eram occupados por pequenos negociantes que se entretinham no commercio, a retalho, da cachaça, do fumo, da rapadura e de generos alimenticios de producção da Provincia.

Houve panico durante o incendio. Entre a massa popular que correra ao local do sinistro, dizia-se que na casa incendiada havia barris de polvora, cuja explosão não tardaria.

Das casas vizinhas onde faziam seu commercio

Antonio Francisco Carneiro Monteiro (40) e Urcesino Cesar de Mello Padilha (41) já haviam sido cautelosamente retirados, no começo do sinistro, pequenos barris que foram recolhidos á distancia na casa de Ignacio da Costa Gadelha.

O facto chegou ao conhecimento do presidente Almeida Rêgo e este officiou ao chefe de policia dr. Francisco Domingues (24 out. 1851) dizendo-lhe que tomasse as providencias no sentido de cohibir o abuso que se estava verificando no commercio da polvora a retalho, só permittido pelo codigo de posturas municipaes, quando tomadas certas e determinadas precauções.

Almeida Rêgo marcara (portaria de 8 de out.

---

(40)—Em publicação que fez no *Pedro II* de 6 de set. de 1855, declarou que, dahi por diante, se assignaria—Antonio Francisco Carneiro Monteiro *Pirão*.

Dos «Qnartos da Agostinha» passou seu estabelecimento para o Largo do Garrote, esquina da Rua da Alegria, occupando o edificio espaçoso que elle mesmo mandara construir pelo architecto Fernando Hitzchky. Montou ahi uma casa que competia com as melhores de Fortaleza, em fazendas finas, artigos de luxo, perfumarias, etc. Transferiu-a depois para o andar terreo do sobrado do coronel Machado (Rua da Palma, esquina da Rua Municipal).

Abandonando o commercio, adquiriu uma propriedade rural em Mondubim, onde passou grande parte de sua velhice. Exerceu certa influencia politica o major Pirão, e, por vezes, o elegeram seus correligionarios, os conservadores, vereador da camara municipal de Fortaleza. Nascera a 15 de janeiro de 1818. Falleceu aos 72 annos, a 22 de junho de 1890.

(41)—Urcesino Cesar de Mello Padilha, filho do tenente-coronel reformado Joaquim Cesar de Mello Padilha, pernambucano, tronco da numerosa familia Padilha, no Ceará, onde chegou poucos annos depois da Independencia. Prestou relevantes serviços na distribuição dos soccorros publicos, durante a secca de 1845, exerceu o cargo de commandante do Corpo de Policia e foi, durante muitos annos, commandante da fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção.

Verificou praça a 12 de agosto de 1817; promovido a alferes a 14 de setembro de 1821 (por proposta do governo de Goyana); a tenente a 2 de dezembro de 1839; a capitão a 2 de agosto de 1842; a major, por antiguidade, a 2 de dezembro de 1861. Falleceu reformado em tenente-coronel a 18 de maio de 1866, em Fortaleza.

Urcesino, seu filho, fez parte do quadro dos funccionarios da Caixa Economica do Ceará, desde a sua creação, primeiramente como perito, depois como escripturario, e exerceu outras funcções publicas da administração da provincia, merecendo sempre elevado conceito.

1851) a ultima dominga de dezembro para effectuar-se a eleição dos deputados provinciaes que teriam de funccionar no biennio 1852—53.

Effectivamente, a 28 de dez. procedeu-se a essa eleição, tendo corrido o pleito sem notaveis perturbações.

O resultado foi o seguinte, até o numero 40 dos mais votados, incluidos os votos dos eleitores da Telha, que por motivo da febre amarella foram votar em S. Matheus e não no Icó, a cujo collegio pertenciam.

1—Thesoureiro da fazenda Luiz Antonio da Silva Vianna	424
2—Chefe de secção João Severiano Ribeiro	412
3—Inspector da thesouraria prov. José Pio Machado	374
4—Dr. Jeronymo Macario Figueira de Mello (42)	373
5—Vig. Antonio José Sarmento de Benevides	370
6—Padre Antonio Nogueira Braveza	369
7—Promotor publ. Domingos José Pinto Braga Junior	365
8—Promotor publ. Antonio Ferreira dos Santos Caminha Junior (43)	349
9—Conferente d'Alfandega Manoel Franklin do Amaral	344
10—Dr. Antonio Domingues da Silva	341
11—Rev. Dr. Justino Domingues da Silva	338
12—Dr. Gonçalo Baptista Vieira (44)	337
13—Major Miguel Xavier Henriques de Oliveira	331
14—Ten.-cel. Antonio Martins Porto	328
15—Ten.-cel. João Carlos Augusto	307

(42)—Bacharel recentemente formado no Curso Juridico de Olinda, na turma desse anno (1851).

Em portaria de 21 de janeiro de 1852, o presidente Almeida Rêgo o nomeou promotor publico da comarca de S. João do Principe.

(43)—Estudante do 2.º anno do Curso Juridico de Olinda. Nesse anno, foi nomeado promotor publico da comarca de S. João do Principe e para lá seguiu, depois dos trabalhos da Assembléa, em companhia do dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, que fôra nomeado juiz de direito da comarca, por decreto de 16 abril 1851.

(44)—Agraciado com o titulo de Barão de Aquiraz por decreto de 17 de maio de 1871, data em que completava 52 annos de idade.

16—Juiz mun. Dr. João Carlos Pereira Ibiapina (45) 306
17—Promotor dr. José Fernandes Vieira 304
18—Juiz municipal dr. Manoel Franco Fernandes Vieira 298
19—Padre Francisco Bastos de Oliveira 298
20—Vig. Antonio Xavier de Castro e Silva 297
21—Juiz municipal dr. Francisco de Araujo Lima 294
22—Juiz de dir. dr. Antonio José Machado 290
23—Commandante sup. Francisco Tavares Quintal 290
24—Promotor dr. Raymundo Ferreira de Araujo Lima 286
25—Director do Lyceu dr. Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira 281
26—Vig. Pedro José de Castro e Silva 280
27—Proprietario José Amaro Fernandes 264
28—Dr. Joaquim Victoriano de Almeida Pinheiro 260
29—Escrivão de orphãos José Maximiano Barroso 257
30—Inspector João Baptista de Castro e Silva 255
31—Agricultor Leandro Bezerra de Chaves e Mello 249
32—Vig. Francisco Xavier Nogueira 226
33—Vig. José Bevilaqua 226
34—Promotor dr. Felippe Raulino de Sousa Uchôa 217
35—Agricultor José Cunegundes da Silveira e Silva 208
36—Juiz mun. dr. Herculano de Araujo Salles 203
37—Vig. Joaquim Domingues Carneiro 198
38—Chefe de secção Luiz Vieira da Costa Delgado Perdigão 190
39—Padre Antonio Alves de Carvalho 173
40—Negociante Manoel José Pereira Pacheco 170

Uma *carta de Braz Pitorra á sua sobrinha Ignez Sensata da Cruz*, datada de 20 de outubro, refere-se aos acontecimentos desse anno (46):

(45)—Nomeado juiz municipal e de orphãos de Fortaleza e Aquiraz por decreto de 4 set. 1851; tomou posse a 30 desse mez.

Nesse cargo, foi o successor do dr. Tristão de Alencar Araripe, que, não tendo obtido a recondução, embarcou com sua familia (16 nov. 1851) para o Rio de Janeiro, onde pretendia abrir escriptorio de advocacia.

(46)—A autoria dessas Cartas é attribuida, com todo fundamento, ao dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, deputado geral á 8.ª leg. (1851—52); na 9.ª leg. o dr. Silva Guimarães—era este

«—A que tempo, Ignez querida,
Novas tuas não me dás!
Em mil cousas entretida,
Ja não te lembras do Braz!
Braz, teu mestre. teu bom tio,
Não passou Lethes sombrio.

He verdade que andei perto
De ir para a contra-costa;
Mas, emfim, espaço aberto
Deixei na sege da posta,
Recorrendo, desta sorte,
Da senhora dona Morte.

Ainda agora palpita
E me bate o coração,
Se dessa febre maldita
Me chega a recordação.
Nunca igual calamidade
Se sentio nesta cidade.

Sêccas grandes tenho visto,
Que matam muitos viventes;
Porém, juro a fé de Christo,
Nunca vi tantos doentes,
Tanto horror, lagrimas, damno,
Como neste fatal anno.

Contra nós o céo irado
Nossas culpas castigou,
E o povo consternado
Mui devoto então ficou;
Mas forçada contrição
Não melhora o coração. (47)

Outra vez odios, intrigas
Vão tomando seo lugar,
Os catervas inimigos
Só procurão enredar;

---

o seu nome parlamentar—serviu em toda sessão de 1854, substituindo o deputado effectivo dr. Francisco Domingues da Silva.

(47)—De facto, lê-se no *Cearense* de 30 set. 1851:—« Tem-se desenvolvido o espirito religioso, nesta capital, nestes ultimos

Pois com esta velha usança
Sempre vem certa pitança.

Sanguexugas nunca cheias,
Chimangos e equilibristas
Tem o canto das sereias
Nas gargantas devoristas;
De sucia tão descarada
Fugir deve a gente honrada.

Fugir deve o governante
Que deseja marchar bem,
Senão o inferno de Dante
Pode contar que elle tem,
Isto avanço porque sei
Qual é seu costume e lei.

No comêço agachadinhos,
Infames bajuladores,
Depois agudos espinhos
Que picão, que causão dôres;
Provas são desta demanda
Coelho, Mello e Miranda. (48)

Emfim, Ignez, bem conheces
Das bestas as varias manhas,
Assim como não te esqueces
Das suas altas façanhas,
Tu, que tens cantado em versos
Essa turba de perversos.

Viro a folha, avante passo,
Outras novas contarei;
Não quero ser tão escasso
Que julgues que m'enfadei,
Quando em mim gosto e prazer
Muito tenho em te escrever.

---

dias, como nunca vimos. Nada menos que tres festas consecutivas se tem feito, com as competentes novenas.

Festejou-se as Dôres de Nossa Senhora, S. Miguel, e está se festejando o Senhor Bom Jesus.

Todos os dias temos bandeiras, alvoradas pelas ruas da cidade, com luxo e profusão.

Oxalá que os sentimentos acompanhassem o interior.—»

(48) - Allude aos presidentes conservadores José Joaquim Coelho, Manoel Felizardo de Souza Mello e João Antonio de Miranda.

A nossa bôa assembléa
Está uma maravilha,
Apesar da *tuta-méa*
Dos bonzos da camarilha
Que enxertou nos bancos della
Madama febre amarella.

Como (coitados!) são poucos
Que têm assento na casa,
Andam todos muito brôcos,
Não intentão fazer vasa,
Vão chuchando caladinhos
Os seos ditosos cobrinhos.

Dizem que a Thesouraria
Mudou de fórma e figura,
Que os pagamentos em dia
Do Mendes matou a usura;
Que o estar ella a bom recado
Se deve ao Pio Machado.

Uma cadeia gigante
Se construe com promptidão,
Onde o genio do brigante
Terá larga habitação,
Onde pode meio mundo
Da capital ir dar fundo.

Outros projectos e planos
Inda estão dentro do ovo,
Bem como trazer por canos
Agua para dar ao povo;
Maranguape ha de partir
Um tão brilhante porvir.

Não vá tudo de um só jacto,
Fique o mais p'ra outra vez.
Responde, conta do matto
O que souberes, Ignez.
Deixa o systema das rolhas
Não te mettas nas encolhas.—»

(Continúa)